AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E DA EQÜIDADE DAS APOSENTADORIAS NO MEIO RURAL

ANA CECÍLIA DE MEDEIROS KRETER

Dissertação apresentada à Escola Superior de
Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de Mestre em
Ciências, Área de Concentração: Economia
Aplicada.

PIRACICABA

Estado de São Paulo – Brasil

Novembro – 2004

AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E DA EQÜIDADE DAS APOSENTADORIAS NO MEIO RURAL

ANA CECÍLIA DE MEDEIROS KRETER

Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. **CARLOS JOSÉ CAETANO BACHA**

Dissertação apresentada à Escola Superior de
Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de Mestre em
Ciências, Área de Concentração: Economia
Aplicada.

PIRACICABA

Estado de São Paulo – Brasil

Novembro – 2004

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - ESALQ/USP

Kreter, Ana Cecília de Medeiros

Avaliação da eficácia e da equidade das aposentadorias no meio rural / Ana Cecília de Medeiros Kreter. - - Piracicaba, 2004.
85 p.

Dissertação (Mestrado) - - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2004.
Bibliografia.

1. Aposentadoria 2. Benefício previdenciário 3. Direito previdenciário 4. Econometria
5. Eficácia organizacional 6. Equidade 7. Previdência social rural 8. Qualidade de vida
9. Trabalhador rural I. Título

CDD 331.736

“Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor”

“Certamente o entusiasmo
é um pré-requisito da inspiração”.
(Max Weber)

Dedico, com muito carinho,
a meus pais, Rodolpho e Maria Luiza,
a meus irmãos, Mônica e Paulinho,
a minha avó, Sylvia, e
a meu querido Mauro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meus pais, Rodolpho e Maria Luiza, pela educação, pelo caráter, pelo apoio e pela compreensão em todos os momentos que precisei estar ausente;

A meus irmãos, Mônica e Paulinho, pelo incentivo e pelas longas conversas “crianças” que tanto me alegraram (e ainda alegram) ao longo do curso;

A meu namorado, Mauro, surpresa querida e bem-vinda durante a pós-graduação, pelo carinho, pelo amor e pela companhia, principalmente nos momentos finais do meu trabalho;

A minhas amigas, Lisa, Cecília e Lulita, pela força *on line*; a meus amigos, Erica, Lia, Irmã Jacqueline, Irmã Vera, Adriana, Doc e Léo, pelo acolhimento tão fraterno em Piracicaba; e a minhas novas companhias de curso, Daiane e Iara;

A meu orientador, Prof. Dr. Carlos José Caetano Bacha, pelas correções, contribuições, sugestões e, principalmente, pela paciência durante estes três longos anos;

Ao Prof. Dr. Mário Duayer, a Profa. Dra. Alice Walter e ao Prof. Dr. Carlos Enrique Guanzirolí por terem me apoiado para que eu pudesse iniciar o Mestrado;

Ao Prof. Dr. Ricardo Shirota, pelas orientações e pelo estímulo à carreira acadêmica;

Ao amigo e Mestre Alexandre Nunes (Conchas) e ao Eng. Agr. Marcelo Alves (Siri), pela incansável colaboração na elaboração das rotinas;

Ao Prof. Dr. Rodolfo Hoffmann, pelos esclarecimentos na metodologia e na análise dos resultados na fase de conclusão do trabalho;

Aos membros da banca do exame de qualificação, Prof. Dr. Rodolfo Hoffmann, Profa. Dra. Angela Maria Cassavia Jorge Corrêa e Profa. Dra. Miriam Rumenos Piedade Bacchi, pelas críticas e sugestões apresentadas;

A biblioteca do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) em Brasília, pela disponibilidade do acervo e pela atenção;

A todos os funcionários do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ, em especial a Maielli, a Ligiana, ao Álvaro e a D. Maria, pela cordialidade no dia-a-dia;

E a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, pela oportunidade do aprimoramento profissional.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE TABELAS	xi
RESUMO	xiii
SUMMARY	xv
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 O problema em análise	1
1.2 Revisão bibliográfica.....	4
1.3 Objetivo.....	7
1.4 Organização da dissertação	8
2 MODELOS TEÓRICOS SOBRE O SISTEMA DE PREVIDÊNCIA RURAL..	10
3 DADOS UTILIZADOS E METODOLOGIA EMPREGADA.....	14
3.1 As fontes de dados utilizadas	14
3.2 A população de idosos na zona rural	18
3.3 A curva de Lorenz e o índice de Gini	22
3.4 A regressão estimada.....	25
4 EVOLUÇÃO E DESEMPENHO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO NO BRASIL	28
4.1 Evolução histórica da previdência social no Brasil.....	28
4.1.1 O sistema previdenciário no Brasil de sua origem a 1987.....	28
4.1.2 As alterações introduzidas no sistema previdenciário a partir da Constituição Federal de 1988 para o trabalhador rural	40
4.2 O custeio da previdência rural	43

5	IMPACTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A RENDA DOS APOSENTADOS COM RESIDÊNCIA NA ZONA RURAL	48
5.1	Análise da renda familiar e da renda familiar <i>per capita</i>	49
5.2	O índice de Gini.....	54
6	ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE MORADIA DOS APOSENTADOS E NÃO APOSENTADOS RESIDENTES NA ZONA RURAL	58
7	DISTRIBUIÇÃO DAS APOSENTADORIAS PAGAS NO MEIO RURAL SEGUNDO A COR (OU RAÇA) E A ESCOLARIDADE DOS BENEFICIADOS	65
7.1	Análise da cor (ou raça) dos aposentados com residência na zona rural	65
7.2	Análise da escolaridade dos aposentados com residência na zona rural.....	70
7.3	Análise econométrica	76
8	CONCLUSÕES	80
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83

LISTA DE FIGURAS

	Página
1 Curva de Lorenz	23
2 Estrutura do SINPAS	39

LISTA DE QUADROS

	Página
1 Tipologia de modelos de cobertura previdenciária rural	11
2 Comparação entre os benefícios dos IAPs e da LOPS – Brasil – 1930 a 1960 ..	34
3 Principais mudanças na regulamentação da previdência rural após a Constituição Federal de 1988	42
4 Transição da contribuição da previdência rural	47

LISTA DE TABELAS

	Página
1 Distribuição de aposentados e não aposentados com residência na zona rural, por sexo – Brasil – anos selecionados.....	19
2 Percentagem de homens aposentados com residência na zona rural – Brasil – anos selecionados.....	20
3 Percentagem de mulheres aposentadas com residência na zona rural – Brasil – anos selecionados.....	21
4 Esquema de financiamento e despesas do subsistema da previdência rural – Brasil – 1994 a 2000	45
5 Distribuição percentual de aposentados e não aposentados com residência na zona rural, por sexo e renda familiar – Brasil – anos selecionados	50
6 Distribuição percentual de aposentados e não aposentados com residência na zona rural, por sexo e renda familiar <i>per capita</i> – Brasil – anos selecionados	53
7 Índice de Gini e média do rendimento familiar <i>per capita</i> dos aposentados e não aposentados com residência na zona rural, por sexo – Brasil – anos selecionados	56
8 Características físicas dos domicílios dos aposentados e não aposentados com residência na zona rural, por sexo – Brasil – anos selecionados.....	59
9 Utilização de serviços nos domicílios dos aposentados e não aposentados com residência na zona rural, por sexo – Brasil – anos selecionados.....	62
10 Utilização de bens-de-consumo duráveis nos domicílios dos aposentados e não aposentados com residência na zona rural, por sexo – Brasil – anos selecionados	63

11	Distribuição percentual de aposentados com residência na zona rural, por sexo e cor (ou raça) – Brasil – anos selecionados.....	66
12	Distribuição percentual de homens aposentados e não aposentados com residência na zona rural, por cor (ou raça) – Brasil – anos selecionados	68
13	Distribuição percentual de mulheres aposentadas e não aposentadas com residência na zona rural, por cor (ou raça) – Brasil – anos selecionados	69
14	Distribuição percentual de aposentados e não aposentados com residência na zona rural, por sexo e nível de escolaridade – Brasil – anos selecionados	73
15	Distribuição percentual de aposentados com residência na zona rural, por sexo, cor (ou raça) e escolaridade – Brasil – anos selecionados.....	75
16	Coeficientes das variáveis do modelo Próbite para idosos aposentados com 60 anos de idade ou mais, se homens, e 55 anos de idade ou mais, se mulheres, com residência na zona rural – Brasil – anos selecionados	77
16	Efeitos marginais do modelo Próbite para idosos aposentados com 60 anos de idade ou mais, se homens, e 55 anos de idade ou mais, se mulheres, com residência na zona rural – Brasil – anos selecionados	79

AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E DA EQÜIDADE DAS APOSENTADORIAS NO MEIO RURAL

Autor: ANA CECÍLIA DE MEDEIROS KRETER

Orientador: Prof. Dr. CARLOS JOSÉ CAETANO BACHA

RESUMO

O objetivo desta dissertação é avaliar a eficácia e a eqüidade do sistema de aposentadorias pagas no meio rural do Brasil na década de 1990. Entende-se por eficácia o cumprimento por parte do poder público dos benefícios estabelecidos no sistema previdenciário e o seu impacto na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida da população beneficiada. Já a eqüidade implica ausência de favorecimento no acesso aos benefícios previdenciários por diferenças de sexo, cor (ou raça) e nível de educação. As aposentadorias pagas no meio rural podem ser divididas pelo seu rendimento, quais sejam, igual a um salário mínimo (*proxy* da aposentadoria por idade) e maior que um salário mínimo. Os que se enquadram no primeiro grupo são considerados como segurados especiais da previdência rural, pois podem se aposentar sem necessariamente ter contribuído para esta instituição. A Constituição Federal de 1988 e suas modificações dadas pelas Leis nº 8.212 e nº 8.213 de 1991 instituíram o princípio da universalização e, com ele, ocorreram mudanças significativas no sistema previdenciária. No caso dos trabalhadores rurais, pode-se citar como principais mudanças a criação de um piso mínimo para os benefícios, garantindo o recebimento de pelo menos um salário mínimo, a fixação de idades diferenciadas para o requerimento da

aposentadoria por idade (55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens), e a igualdade de direitos entre trabalhadores e trabalhadoras rurais, deixando de excluir as mulheres casadas ou com vida marital ao acesso dos benefícios previdenciários. Após estas mudanças, houve grande aumento do número de aposentados no meio rural. A análise tabular dos dados das PNADs, segregando os idosos(as) aposentados(as) pelo seu rendimento de aposentadoria, mostra que a previdência social tem sido eficaz em pagar aos seus beneficiários pelo menos um salário mínimo e que esta renda tem sido utilizada não somente para alimentação e vestuário, mas também para melhoria em seus domicílios. No entanto, a análise tabular e econométrica dos dados das PNADs indicam que houve favorecimento dos homens em relação às mulheres, dos brancos em relação aos negros (considerados como pardos e pretos) e dos mais escolarizados em relação aos menos escolarizados na obtenção das aposentadorias pagas no meio rural, indicando que a equidade não tem ocorrido na distribuição destas aposentadorias. O trabalho termina sugerindo algumas medidas que possam reverter este quadro, principalmente no acesso à aposentadoria por idade.

EVALUATION OF EFFECTIVENESS AND EQUALITY OF SOCIAL SECURITY IN BRAZILIAN RURAL AREAS

Author: ANA CECÍLIA DE MEDEIROS KRETER

Advisor: Prof. Dr. CARLOS JOSÉ CAETANO BACHA

SUMMARY

The proposal of this dissertation is to evaluate the effectiveness and the equality of the pension system paid in the agricultural areas in Brazil in the 1990s. The effectiveness occurs when the government assures the benefits of the social security system reducing the poverty and improving life's conditions to this population. The fairness implies equality access to the social security benefits, regardless sex and ethnic differences, as well as education levels. The paid pensions in the rural areas can be clustered according to its income groups, which are, equal to a minimum salary (*proxy* of the old age's pension) and more than a minimum salary. The ones who are in the first group are called "special insured" of the rural social security, therefore they can retire without contribution. The Federal Constitution of the 1988 and its modifications, given according to the Laws n. 8.212 and n. 8.213 (both from 1991), had instituted the universal principle, and with it, significant changes in the social security system. As to the rural workers, it can be considered as main changes the creation of a minimum value for the benefits, which guarantees the act of receiving at least a minimum salary, different ages to require the old age pension (55 years or older for women and 60 years or older for men), and equal rights among rural workers and urban workers, including

the married women who worked in rural activities. After these changes, the number of pensioners increased in rural areas. The tabular analysis using the PNADs dataset, segregating the old age pensioners for their retirement income, points out that the social security system has been efficient in paying at least a minimum salary. This income has been used not only for food and clothes, but also for improvement in their houses. However, the tabular and econometrical analyses using the PNADs dataset indicate that males, white people, and those with higher education had an easier access to pension than females, black people and those with lower education. These results also indicate that the fairness has not completely occurred in the distribution of these pensions. The work finishes with some suggestions to improve the equality in Brazilian social security system.

1 INTRODUÇÃO

1.1 O problema em análise

Este trabalho avalia a eficácia e a equidade do sistema brasileiro de aposentadorias pagas no meio rural¹, dando ênfase à década de 1990 e, no caso dos aposentados por idade, às mudanças legais ocorridas a partir da Constituição Federal de 1988. Entende-se por eficácia o cumprimento ou não das leis estabelecidas pelo sistema de previdência social. Nesta análise é relevante o pagamento das aposentadorias e seus impactos sobre a renda e condições de vida dos beneficiários. Quanto à equidade, avalia-se se as aposentadorias são ou não distribuídas sem viés por sexo, por cor (ou raça) e por grau de escolaridade dos beneficiários.

De um modo geral, a previdência social pode ser estruturada através do sistema de capitalização ou através do sistema de repartição. No sistema de capitalização, as contribuições dos trabalhadores na ativa criam um fundo de participação que servirá de base para o seu benefício a receber no futuro. Já no sistema de repartição, os trabalhadores na ativa financiam os aposentados do mesmo período. E é esta segunda forma a utilizada pelo Brasil nas últimas décadas, inclusive no período proposto para a análise nesta dissertação.

¹ Nesta análise não estão sendo considerados os pensionistas.

Ainda no caso brasileiro, os aposentados residentes no meio rural podem participar da previdência social através da contribuição regular para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou podem participar como segurados especiais, desvinculando a aposentadoria da contribuição compulsória².

A previdência social, juntamente com a saúde e a assistência social, pertence à Seguridade Social, que é responsável por um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade³. A previdência e a assistência são, atualmente, de responsabilidade do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), e a saúde, do Ministério da Saúde (MS).

Na maior parte década de 1990, o sistema previdenciário compreendia o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e o Regime Facultativo de Previdência Social (artigo 9º da Lei nº 8.213/91). A partir de 1998, o Regime Facultativo foi extinto em face da nova redação dada ao §7º do artigo 201 da Constituição Federal, e implementada pelo artigo 1º da Emenda Constitucional nº 20 do mesmo ano. No presente trabalho apenas o RGPS é analisado⁴.

Os beneficiários do RGPS são classificados em segurados e dependentes, sendo segurados obrigatórios os empregados, os empregados domésticos, os contribuintes individuais, os trabalhadores avulsos e os segurados especiais (artigo 11º da Lei nº 8.213/91). Já os dependentes de segurado são:

- o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido;
- os pais; e
- o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido (artigo 16º da Lei nº 8.213/91).

Todos os aposentados residentes no meio rural são enquadrados como segurados obrigatórios, sendo que os beneficiários da aposentadoria por idade e da aposentadoria por invalidez fazem parte dos chamados segurados especiais, ou seja, fazem parte

² A análise pormenorizada do sistema de previdência rural se encontra no capítulo 4 deste trabalho.

³ Definição baseada no artigo 1º da Lei de Custeio da Seguridade Social.

⁴ Utilizou-se a Lei nº 8.212/91 atualizada até junho de 2003 e a Lei nº 8.213/91 atualizada até novembro de 2003.

daqueles que recebem os benefícios através da comprovação do exercício de atividade rural.

Dentre os princípios e objetivos da Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei nº 8.213/91) encontra-se no artigo 2º, inciso II, a “uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais⁵”, o que possibilitou, a partir de 1991, o acesso por parte dos segurados especiais aos seguintes benefícios previdenciários⁶: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, auxílio-doença e auxílio reclusão ou de pensão no valor de um salário mínimo, desde que haja comprovação do “exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período, imediatamente anterior ao requerimento do benefício, igual ao número de meses correspondente à carência do benefício requerido”. Esta carência é válida tanto para os benefícios já citados quanto para a aposentadoria por tempo de contribuição⁷, e leva em consideração “o ano em que o segurado implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício”. Para o ano de 2004, são exigidos 138 meses de comprovação do exercício de atividade rural⁸. Os demais benefícios da Lei nº 8.213/91 podem ser concedidos aos segurados especiais, desde que haja contribuição previdenciária facultativa. Uma única exceção é o salário-maternidade que também corresponde a um salário mínimo. Para garantir a sua concessão, a segurada especial tem

⁵ Os demais princípios e objetivos expostos no artigo 2º da Lei de Benefícios da Previdência Social são:

- I. universalidade de participação nos planos previdenciários;
- III. seletividade e distributividade na prestação dos benefícios;
- IV. cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente;
- V. irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo;
- VI. valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo; e
- VIII. caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados”.

⁶ Artigo 39º da Lei nº 8.213/91.

⁷ Até 1998 esta aposentadoria era concedida por tempo de serviço e não por tempo de contribuição. A mudança conceitual ocorreu através da nova redação dada ao §7º do artigo 201 da Constituição Federal, pelo artigo 1º da Emenda Constitucional nº 20 de 1998.

⁸ O quadro com o ano de implementação das condições e o número de meses de contribuição exigidos a partir da promulgação das Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91 está no capítulo 4, item 4.2, no qual é discutido o custeio da previdência rural.

que comprovar o exercício de atividade rural, ainda que descontinuamente, nos 10 meses anteriores ao início do benefício⁹.

Esses mesmos benefícios, para efeito analítico, podem ser agrupados em: aposentadorias, auxílios e pensões. Segundo os dados do MAPS/IPEA¹⁰, o número de beneficiários no ano de 1999 da previdência rural foi de 6.439.805, sendo as aposentadorias (por idade e por invalidez) responsáveis por mais de 72% deste montante, seguidas pelas pensões (25%) e pelos auxílios (3%). Assim, o presente trabalho analisa o primeiro grupo de benefícios, especialmente por ainda ser o de maior relevância dentro do sistema previdenciário rural brasileiro.

1.2 Revisão bibliográfica

No exame da literatura sobre previdência social no Brasil, constatou-se que, no mínimo, quatro temas têm sido abordados sobre o tópico deste trabalho. Eles são: *a)* a evolução do sistema previdenciário e suas estruturas políticas; *b)* a distinção por gênero de benefícios concedidos; *c)* a discussão entre previdência, bem-estar social e distribuição de renda; e *d)* a distinção entre benefícios de contribuição compulsória e não compulsória e as reformas atuais de previdência social. Outro tema relevante é a relação entre distribuição de renda e bem-estar social, utilizando as diferentes medidas de desigualdade e pobreza.

É importante ressaltar ainda que há uma ampla literatura sobre previdência social abordando temas que não são o foco deste trabalho, tais como a relação entre

⁹ A concessão do salário maternidade para a segurada especial foi implementada pela Lei nº 8.861/94 e, inicialmente, estabelecia a comprovação do exercício de atividade rural, mesmo que de maneira descontínua, nos doze meses imediatamente anteriores ao do início do benefício. A partir de 1999, com o disposto no inciso III do artigo 25 na redação dada pelo artigo 2º da Lei nº 9.876/99, o período de comprovação do exercício de atividade rural foi reduzido de doze para dez meses.

¹⁰ O MAPS (Modelo Demográfico-Atuarial de Projeções e Simulações de Reformas Previdenciárias) é um modelo composto pelos módulos demográfico, previdenciário e econômico, baseado nos microdados da DATAPREV, sendo que dois dos grupos estimados pelo módulo previdenciário é o de beneficiários rurais e urbanos, segregando-os ainda pelo tipo de benefício recebido.

previdência social e déficit público, a relação entre previdência social e seguridade social, entre outros.

Analisando a evolução do sistema previdenciário no Brasil, têm-se os trabalhos de Faro (1992), Delgado & Schwarzer (2000) e Beltrão et al. (2000). Em todos eles a ênfase é dada ao grau de descentralização da previdência social durante as primeiras décadas após a sua criação em 1923, e na forma como ocorreu a universalização desse sistema. As mudanças legais avaliadas se estendem, principalmente, até a Constituição de 1988.

Vários autores trabalharam com a análise da distinção de gênero na concessão de benefícios da previdência rural, dentre eles: Deud & Malvar (1993), Médici et al. (1994), Maccalóz & Melo (1997) e Melo (2000). Além da discriminação histórico-cultural do trabalho feminino no Brasil, os autores também apontam o sistema previdenciário anterior à Constituição de 1988 como sendo o principal agente excludor das trabalhadoras rurais. Após a instauração do princípio da universalização na Constituição Federal de 1988, as aposentadorias deixaram de ser concedidas apenas ao chefe ou arrimo de família, abrangendo todas as pessoas que tivessem exercido atividade rural. Assim, numa mesma família mais de uma pessoa passou a ter o direito de requerer a aposentadoria por idade.

Autores como Fausto Neto (1982), Abranches (1992), Delgado (1999) e Delgado & Cardoso Junior (2000) abordaram o terceiro tema citado sobre o sistema previdenciário brasileiro: a discussão sobre a melhora do bem-estar social e/ou distribuição de renda através dos benefícios concedidos ao trabalhador rural. Dentre estes benefícios, o que mais impactou na qualidade de vida da população do campo foi a aposentadoria por idade. Os idosos, que na inatividade ‘se encontravam na condição de dependentes, passaram a ser participantes da renda familiar, o que, sob diversos aspectos, causou uma melhora no bem-estar tanto do beneficiário como também de seus familiares. Para mensurar o impacto da previdência rural sobre o bem-estar, Delgado (1999) utilizou como metodologia a aplicação de questionários e de simulações numéricas de um modelo de gerações superpostas.

Abordando especificamente a questão do bem-estar social e da distribuição de renda em relação a toda a população brasileira e não necessariamente restrita à população previdenciária, destacam-se ainda os seguintes autores: Corrêa (1995), Barros et al. (1997), Hoffmann (1998), Hoffmann (2002) e Ferreira (2003). Hoffmann (1998) expõe as diferentes medidas de desigualdade e pobreza, apresentando os índices mais usados e suas aplicações. Corrêa (1995) utiliza alguns destes índices para analisar a distribuição de rendimentos e a pobreza entre as pessoas ocupadas na agricultura brasileira entre 1981 e 1990. Barros et al. (1997) traça um panorama geral do desempenho social no Brasil a partir da década de 1960, observando o comportamento dos níveis de bem-estar, pobreza e desigualdade através da distribuição de renda. Hoffmann (2002) analisa a contribuição dos componentes do rendimento domiciliar para a desigualdade da distribuição do rendimento domiciliar *per capita*. Fazendo a decomposição do índice de Gini da distribuição deste rendimento para o ano de 1999, o autor conclui que os rendimentos do trabalho principal dão origem a maior parcela do índice de Gini. Ferreira (2003) analisa a participação das aposentadorias e pensões na desigualdade da distribuição de renda entre 1981 e 2001. O autor utiliza como metodologia a decomposição do índice de Gini para determinar a contribuição de cada parcela do rendimento para a desigualdade total, e conclui que a parcela de rendimento das aposentadorias e pensões, para o período analisado, contribuiu para aumentar a desigualdade da distribuição da renda no Brasil em seis dos dezesseis anos analisados.

Alguns autores trabalham com a distinção entre benefícios de contribuição compulsória e não compulsória nos sistemas previdenciários e as reformas atuais da previdência social, dentre eles: James (1998), Schwarzer (2000) e International Social Security Association (2004). Schwarzer (2000) se concentra na distribuição entre benefícios concedidos a trabalhadores rurais e urbanos. Esta distinção é relevante, principalmente, em países em desenvolvimento, como os latino-americanos. Para países desenvolvidos, a maior preocupação são os trabalhadores estrangeiros. Analisando a nova estrutura do mercado de trabalho, assim como as reformas da previdência social durante as décadas de 1980 e 1990, destacam-se os trabalhos de James (1998) e ISSA (2004).

Considerando-se em conjunto a bibliografia acima citada, constata-se que duas questões sobre a previdência social no meio rural do Brasil ainda não foram avaliadas completamente. Elas são: *a)* em que proporção os benefícios previdenciários têm sido de fato pagos no meio rural e como eles impactam as condições de vida dos beneficiários e de quem reside em seus domicílios; *b)* de que forma variáveis como sexo, cor (ou raça) e nível de educação contribuem para a desigualdade na distribuição das aposentadorias pagas no meio rural. A primeira questão trata da eficácia, e a segunda, da equidade do sistema previdenciário brasileiro. A busca de respostas a estas questões motiva a realização desta dissertação.

1.3 Objetivo

O objetivo geral deste trabalho é avaliar a eficácia e a equidade do sistema brasileiro de aposentadorias pagas no meio rural, considerando quatro regiões brasileiras¹¹ – Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Apenas o grupo de beneficiados pelas aposentadorias (não incluindo os pensionistas) será considerado.

Os objetivos específicos desta dissertação são:

1. avaliar a melhoria da renda familiar gerada pelas aposentadorias dos residentes no meio rural;
2. avaliar a desigualdade de distribuição da renda entre as famílias dos aposentados e dos não aposentados residentes no meio rural;
3. avaliar as condições materiais de vida das famílias dos aposentados e dos não aposentados, considerando as características físicas dos domicílios, a utilização de serviços básicos e a aquisição de bens-de-consumo duráveis; e
4. avaliar a oportunidade de acesso às aposentadorias segundo o sexo, o nível de escolaridade e a classificação por cor (ou raça) dos(as) idosos(as) residentes no meio rural.

¹¹ A região Norte não foi considerada nesta análise porque os dados referentes à sua população rural não se encontram, em sua maioria, disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

1.4 Organização da dissertação

O presente trabalho está organizado em oito capítulos, incluindo esta introdução.

O capítulo 2 analisa os modelos teóricos existentes para implantar a previdência rural e exemplifica estes modelos citando os casos de alguns países, posicionando o Brasil.

O capítulo 3 discute a metodologia e as fontes de dados consideradas no trabalho. Avalia-se como os dados disponíveis nas PNADs podem ser usados para alcançar o objetivo proposto. O capítulo 3 apresenta, também, o índice utilizado para se medir desigualdade na distribuição de renda e o modelo econométrico utilizado para mensurar o impacto da escolaridade, da cor (ou raça) e do sexo na obtenção das aposentadorias concedidas aos residentes da zona rural.

O capítulo 4 analisa a evolução do sistema previdenciário no Brasil. Atenção especial é dada à previdência rural, discutindo as mudanças recentes na legislação e fazendo uma breve síntese da sua forma de custeio.

O capítulo 5 apresenta a análise da renda familiar e da renda familiar *per capita* dos beneficiados e dos não beneficiados da previdência social com residência na zona rural. Procura-se avaliar a eficácia da previdência social na redução da pobreza. Como forma de se mensurar a desigualdade da distribuição de renda gerada pelas aposentadorias utiliza-se os cálculos do índice de Gini para todo o Brasil.

O capítulo 6 analisa as características físicas dos domicílios dos aposentados residentes no meio rural, bem como a utilização de serviços básicos e a aquisição de bens-de-consumo duráveis. Para tal análise, comparam-se os domicílios dos aposentados com os dos não aposentados, por sexo. Procura-se, com isto, avaliar de que modo a concessão das aposentadorias pagas aos residentes da zona rural implicou em melhoria nas condições materiais de vida dos beneficiários.

O capítulo 7 apresenta a avaliação da equidade das aposentadorias concedidas aos residentes da zona rural na década de 1990, segundo o sexo, o grau de escolaridade e a classificação por cor (ou raça) dos beneficiados. A análise feita neste capítulo inicia-se com uma avaliação tabular destas variáveis para o grupo proposto na metodologia. De

forma complementar, aplica-se o modelo Próbite para verificar de que forma o grau de escolaridade, a cor (ou raça) e o sexo dos beneficiados são representativos para permitir que um indivíduo, residente no campo, exercendo atividade rural e com idade de requerer o benefício seja de fato aposentado¹².

Finalmente, o capítulo 8 apresenta as conclusões do trabalho e elabora sugestões no sentido de melhorar o sistema previdenciário brasileiro no meio rural, considerando, inclusive, a extinção da não contributividade que consta na legislação da Seguridade Social, e que passará a vigorar a partir de 2006.

¹² Sabe-se que a idade mínima é condição necessária, mas não suficiente para o requerimento da aposentadoria por idade. É preciso que se comprove o exercício de atividade rural, mesmo que descontinuamente.

2 MODELOS TEÓRICOS SOBRE O SISTEMA DE PREVIDÊNCIA RURAL

Este capítulo tem como proposta apresentar os modelos teóricos de previdência rural, indicando suas características e exemplificando-os. Serão apresentados também os países que possuem sistemas classificados como semelhantes ao brasileiro.

A literatura sobre a concepção da previdência social indica que a mesma pode ser organizada de duas formas distintas: através do sistema de capitalização ou através do sistema de repartição. No primeiro deles, cada trabalhador contribui para a previdência de forma regular ao longo de sua vida laborativa, criando um fundo de participação. Após o momento da aposentadoria, o trabalhador inativo recebe um benefício referente às suas contribuições anteriores.

No sistema de repartição, a contribuição dos trabalhadores ativos financia, sob a forma redistributiva, os benefícios dos aposentados. Caso as receitas de contribuição sejam inferiores aos pagamentos de benefícios, o Estado assume este déficit, desde que o sistema previdenciário esteja sob sua responsabilidade. Assim, a previdência social garante ao trabalhador inativo as mesmas condições de vida desfrutadas anteriormente, ou, pelo menos, condições mínimas de sobrevivência.

No meio rural brasileiro, para que essas condições continuem sendo asseguradas, o Estado adota políticas específicas que, dentro do sistema previdenciário rural, são representadas pela aposentadoria por idade e pela aposentadoria por invalidez¹³.

¹³ Ambas aposentadorias, até 2006, não necessitam de contribuição obrigatória para requerê-las, apenas a comprovação do exercício da atividade rural, mesmo que de forma descontínua.

Para analisar mais profundamente os modelos de previdência rural públicos existentes em diferentes países, Schwarzer (2000) classifica-os em *contributivo* ou *não contributivo* e *mais* ou *menos desmercantilizante*. O quadro 1 abaixo expõe a idéia do autor.

TIPO	CONTRIBUTIVO	NÃO CONTRIBUTIVO
Mais Desmercantilizante	Modelo Contributivo Diferenciado Ex.: Alemanha	Modelo Universal Básico Ex.: Brasil, Suécia e Canadá
Menos Desmercantilizante	Modelo Contributivo Estrito Ex.: Estados Unidos	Modelo Assistencial Ex.: Chile

Quadro 1 – Tipologia de modelos de cobertura previdenciária rural

Fonte: Schwarzer (2000)

O termo *desmercantilizante* expressa o tipo de vínculo *contributivo*, sendo que o *menos desmercantilizante* é o mais rígido. No caso da distinção entre rural e urbano, o *menos desmercantilizante* é o modelo que mais tenta aproximar, de forma legal, estas duas clientelas. O termo *contributivo* quer dizer que, de alguma forma, uma ou mais partes estão pagando para que o benefício seja assegurado no futuro. Deste modo, o quadro 1 apresenta quatro modelos previdenciários, a saber: o modelo contributivo diferenciado, o modelo contributivo estreito, o modelo universal básico e o modelo assistencial.

O modelo contributivo diferenciado, ou *mais desmercantilizante e contributivo*, é um modelo que, embora tenha um caráter de participação monetária do trabalhador rural, existe a concessão de alguma forma de subsídio, seja do Tesouro Nacional, seja de outro regime previdenciário. Este modelo ocorre, por exemplo, na Alemanha. Esta última é um país que passou recentemente por profundas transformações no campo, sendo que a agricultura familiar foi a mais afetada, perdendo cerca de 50% da sua

população para outras atividades. Para contornar este problema, o governo alemão enquadrou os assalariados rurais no regime geral, criando uma caixa de suplementação, também conhecida como *Zusatzversorgungswerk für Arbeitnehmer in der Land- und Forstwirtschaft* (ZLF), e que em português significa Regime Previdenciário Complementar para Empregados Dependentes na Agricultura e Economia Florestal. Os autônomos também contribuem, e ambos têm direito a participar de dois regimes previdenciários (o geral e o rural) desde que participem de dupla atividade profissional. E, apesar da remuneração ser dobrada, no caso do beneficiário que tenha contribuído para os dois regimes, o tempo de contribuição não pode ser somado.

O modelo contributivo estrito (*menos desmercantilizante e contributivo*) utiliza a relação atuarial mais rígida dos quatro, aplicando à população rural as mesmas regras da população urbana. Este modelo é adotado, por exemplo, nos Estados Unidos. Neste país, todos os trabalhadores, independente de suas atividades, contribuem para o *Social Security Service* (seguro social) e o *Medicare* (assistência médica). Se a renda e o patrimônio do aposentado não forem suficientes para garantir um padrão mínimo de subsistência, ele pode requerer o suplemento de renda, também denominado *Supplemental Security Income* (SSI). Para requerê-lo, dentre outras características, o aposentado deve ter 65 anos de idade ou mais, ou ser cego, ou ser portador de outra deficiência.

Nos modelos com vínculo *não contributivo* os critérios analisados são outros que não a contribuição monetária regular. O modelo universal básico (*mais desmercantilizante*), que é adotado na Suécia, no Canadá e no Brasil, garante a prestação de um benefício básico para qualquer cidadão. Este modelo foi baseado na idéia de Lord William Beveridge, que propôs em 1942 ao governo inglês um seguro social universalizante, proposta esta que fazia parte da inspiração do *freedom from want* – proposta pertencente ao movimento pelos direitos humanos, que acabou resultando na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Segundo Schwarzer (2000), para que um cidadão passasse a receber o benefício básico não seria necessária contribuição individual anterior, aferindo-se o direito à prestação por alguma característica definidora de cidadania, como o tempo de residência no país ou a contribuição para o imposto de

renda. No caso do Brasil, este modelo justifica os benefícios previdenciários pagos a trabalhadores rurais idosos, no Canadá à população indígena e, na Suécia, aos idosos urbanos e rurais que comprovem um número mínimo de anos de residência no país. Estes são alguns exemplos de inclusão de minorias no sistema previdenciário.

O último modelo é o assistencial (*menos desmercantilizante e não contributivo*), que estabelece determinados critérios para concessão de benefícios. Um país que segue este modelo é, por exemplo, o Chile. Este país foi pioneiro quando adotou, em 1981, um sistema de previdência compulsória com capitalização plena e administração privada. A concessão para tal administração foi dada às AFPs (*Administradora de Fondos de Pensiones*). O trabalhador acumula contribuições obrigatórias em uma conta pessoal para receber benefícios futuros. Após escolhida uma AFP, o trabalhador tem o direito de mudar para outra, conforme sua escolha. Teoricamente, os trabalhadores rurais deveriam contribuir da mesma forma, mas as próprias AFPs não têm incentivo algum para tê-los como clientes. As principais razões para isto são: a dificuldade da coleta das contribuições e o custo de atendimento e de administração. Para aqueles que trabalham no campo, o governo permaneceu com a aposentadoria assistencial, conhecida como PASIS (*Pensiones Asistenciales*), criada em 1975. Na verdade, esta aposentadoria não é de exclusividade do trabalhador rural. Ela é fornecida a todos que foram selecionados pelo sistema municipal CAS (*Caracterización Socio-Económica*), e privilegia os inválidos, os deficientes, e as viúvas.

3 DADOS UTILIZADOS E METODOLOGIA EMPREGADA

Este capítulo apresenta, inicialmente, alguns comentários sobre os dados a serem utilizados e suas limitações (item 3.1) e descreve a população em consideração (item 3.2). Em seguida, apresenta-se o indicador de desigualdade da distribuição de renda escolhido (item 3.3) e o modelo econométrico usado para mensurar o impacto da escolaridade, da cor (ou raça) e do sexo na concessão das aposentadorias dos mesmos residentes (item 3.4).

3.1 As fontes de dados utilizadas

A fim de analisar a eficácia e a equidade no sistema de aposentadorias dos residentes na zona rural brasileira foram utilizados os microdados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Através dos dados das PNADs, pode-se fazer um estudo sócio-econômico amplo do Brasil. Esta pesquisa foi implantada em 1967 e, para o período proposto para a análise (a década de 1990), sua periodicidade é anual. A vantagem de se utilizar esta base de dados está no fato da metodologia empregada ser a mesma em cada década, sendo modificada apenas nos períodos de Censo demográfico, anos estes em que as PNADs são suspensas.

Como o presente trabalho se restringe à análise da década de 1990, foram selecionados os anos de 1992, 1996 e 1999 para a coleta de dados. A escolha destes anos foi baseada na necessidade de se possuir intervalos próximos e, para efeito comparativo, a mesma metodologia¹⁴.

Na análise da renda, proposta no capítulo 5, a idéia fundamental é observar o comportamento da composição das rendas familiares e rendas familiares *per capita* entre os aposentados e os não aposentados residentes na zona rural.

Estão sendo consideradas três categorias distintas de pessoas aposentadas por um instituto de previdência público. A primeira delas inclui todos os aposentados, com idade igual a 55 anos ou superior, se mulheres, e igual a 60 anos ou superior, se homens, com residência na zona rural, independente do valor da aposentadoria. A segunda categoria é um subgrupo da primeira, considerando os mesmos homens e mulheres com rendimento de aposentadoria no valor de um salário mínimo. Este contingente é uma *proxy* do segurado especial que ainda reside na zona rural. Isto porque ao completarem 55 e 60 anos, respectivamente, trabalhadoras e trabalhadores rurais têm direito a requerer a aposentadoria por idade igual a um salário mínimo mediante comprovação de atividade rural.

De acordo com o inciso VII do artigo 11º da Lei nº 8.213/91 é considerado segurado especial “o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de quatorze anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo¹⁵”. Neste trabalho, o segurado especial é representado apenas pelo aposentado vinculado ao sistema de previdência rural. Vale lembrar que dentre todas as aposentadorias da previdência rural, a mais significativa, como será mostrado adiante, é a aposentadoria por idade.

¹⁴ No final da década de 1980 e início da década de 1990, o Censo demográfico foi realizado em 1991 e não em 1990, como era o esperado. Por este motivo, o primeiro ano escolhido para a análise foi 1992.

¹⁵ O garimpeiro foi excluído da condição de segurado especial pela Lei nº 8.398/92. A idade mínima para o trabalho do menor foi alterada de quatorze anos para dezesseis no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, na redação dada pelo artigo 1º da Emenda Constitucional nº 20 de 1998.

A terceira categoria de aposentados também considera a mesma faixa etária para homens (com 60 anos de idade ou mais) e mulheres (com 55 anos de idade ou mais) residentes na zona rural, porém inclui apenas aqueles que recebem rendimentos de aposentadoria superiores a um salário mínimo. Assim, é possível distinguir os segurados especiais, ou melhor, os aposentados por idade, dos demais aposentados e verificar suas singularidades dentro do que se objetiva nesta análise.

Embora os dados das PNADs possuam uma ampla amostra e sejam de boa qualidade, é importante destacar algumas de suas limitações que afetam especificamente a análise proposta neste trabalho. Em relação à classificação do domicílio, considerou-se apenas aqueles localizados na zona rural. Seu território inclui toda a região que excede as cidades (sedes municipais), as vilas (sedes distritais) e as áreas urbanas isoladas. Por outro lado, esta consideração exclui da análise os estados da antiga região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima) por não terem dados disponíveis.

Os dados a serem utilizados não consideram a totalidade dos aposentados da previdência rural. Em relação aos beneficiários da previdência rural e por idade, sabe-se também que nem todos permaneceram com a residência próxima do antigo local de trabalho. Alguns, ainda, nunca moraram no campo. Segundo Delgado & Cardoso Jr. (2000), 49% dos beneficiários da previdência rural (aposentados e pensionistas) na região Sul do Brasil permaneceram com residência na zona rural¹⁶. Para a região Nordeste esta percentagem foi ainda menor (45,3%). Apesar dos resultados significativos do País, acredita-se que, na média, aproximadamente a metade da população aposentada por idade pelo sistema de previdência rural resida na zona rural.

Outra limitação relevante no trabalho é que, para a análise da previdência social, as PNADs não fazem distinção entre as concessões feitas à população urbana e à população rural. Os benefícios são segregados apenas em aposentadorias e pensões, o que dificulta *per se* a análise da aposentadoria por idade dos antigos trabalhadores do campo. Mas, acredita-se que a consideração dos rendimentos de aposentadoria igual a

¹⁶ Resultado baseado na *Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural - Fase II*, realizada em 1998 nas regiões Nordeste e Sul do Brasil, as mais representativas no sistema de previdência rural.

um salário mínimo aproxime ainda mais a amostra de um dos contingentes que se pretende analisar (os aposentados por idade que exerceram atividade rural).

Segundo Corrêa (1995), algumas considerações ainda devem ser feitas sobre o uso dos dados das PNADs para o estudo da renda na zona rural. Elas são:

- estes dados consideram somente as rendas monetárias e os pagamentos em espécie, desconsiderando a produção para auto-consumo. Desta forma, aumenta-se a possibilidade de subestimar a renda nos estratos mais baixos de renda e superestimar a desigualdade dos rendimentos no campo;
- mesmo sendo uma pesquisa anual, as PNADs não permitem o acompanhamento do mesmo indivíduo ao longo da década;
- os indivíduos com rendimentos mais elevados costumam subdeclará-los, subestimando a desigualdade da distribuição de renda no campo;
- há ainda uma subestimação da renda declarada, principalmente para os dados anteriores ao plano real, devido à inflação e à fixação da data de referência da coleta das informações em determinada semana; e
- na análise da renda familiar e da renda familiar *per capita*, a restrição da coleta de informações também pode não captar a variedade das atividades agrícolas, principalmente quando se trata da sazonalidade da produção.

Apesar das limitações supracitadas, os microdados das PNADs permitem uma análise, por categoria dos(as) idosos(as), dos seguintes aspectos:

- da melhoria da renda familiar e da renda familiar *per capita* através da concessão de aposentadorias aos residentes na zona rural;
- a partir dos dados sobre domicílios, da proporção de aposentados que têm maior uso, em relação aos não aposentados com residência fixa no mesmo local, de serviços como energia, telefonia fixa e combustível para fogão;
- também a partir dos dados sobre domicílios, das mudanças nas características físicas destas residências, como o material das paredes e dos telhados, observando se há diferença entre as categorias de aposentados e os não aposentados no acesso a bens-de-consumo duráveis, como geladeira e TV em cores; e

- da evolução do número de aposentados acima definidos, analisando a classificação por sexo, por cor (ou raça) e por grau de escolaridade.

3.2 A população de idosos na zona rural

Este item apresenta a população de idosos(as) aposentados(as) e não aposentados(as) a serem analisados, a categoria de aposentados(as) que compõe o grupo de segurados especiais, mais precisamente, a *proxy* dos aposentados por idade (descrita no item 3.1) e os aposentados com renda de aposentadoria maior que um salário mínimo. Estas informações foram retiradas das PNADs.

A tabela 1 apresenta o número absoluto de idosos(as) que se declararam aposentados(as) e não aposentados(as)¹⁷ por um instituto de previdência público (homens com 60 anos ou mais e mulheres com 55 anos ou mais) residentes na zona rural. Os aposentados foram segregados ainda entre os que recebiam um salário mínimo de rendimento de aposentadoria e os que recebiam mais de um salário mínimo de mesmo rendimento durante o período analisado¹⁸, representando outras aposentadorias pagas por institutos de previdência públicos.

A população de aposentados em análise abrange um total de 3.339.122 aposentados em 1992, sendo 1.470.268 mulheres e 1.868.854 homens. Para os demais anos, este total é de 2.421.150 mulheres e 2.230.298 homens aposentados em 1996, e 2.584.134 mulheres e 2.447.900 homens aposentados em 1999. Desta população em análise, observa-se que os aposentados de ambos os sexos que receberam um salário mínimo de rendimento de aposentadoria foram crescentes nos anos 1992, 1996 e 1999 (tabela 1), enquanto os aposentados e aposentadas que receberam mais de um salário mínimo de mesmo rendimento foram decrescentes.

¹⁷ O número absoluto do total de aposentados(as) e de não aposentados(as) foi obtido através das variáveis V912502 (1992) e V9122 (1996 e 1999).

¹⁸ Para selecionar os aposentados pelo valor de seus rendimentos de aposentadoria, utilizaram-se as variáveis V0912502 (1992) e V1252 (1996 e 1999).

Através da tabela 1, observa-se que, em 1992, a maior parte dos homens e mulheres aposentados residentes na zona rural recebiam mais de um salário mínimo de rendimento de aposentadoria. Isto se inverte a partir de 1996. Os dados da tabela 1 ressaltam também que os grupos de aposentados(as) têm evoluções distintas e, assim, a análise da eficácia e da equidade das aposentadorias pagas no meio rural devem ser feitas para, no mínimo, estas duas categorias.

Tabela 1. Distribuição de aposentados e não aposentados com residência na zona rural, por sexo – Brasil – anos selecionados

Sexo	Grupo	Rendimento de Aposentadoria	Ano		
			1992	1996	1999
Homens	total de aposentados		1.868.854	2.230.298	2.447.900
	=1 sal. mín.		828.316	1.917.238	2.251.500
	>1 sal. mín.		875.446	210.674	186.332
	total de não aposentados		845.646	637.520	618.248
	total de idosos		2.714.500	2.867.818	3.066.148
Mulheres	total de aposentadas		1.470.268	2.421.150	2.584.134
	=1 sal. mín.		635.538	2.193.534	2.490.330
	>1 sal. mín.		690.964	115.258	88.254
	total de não aposentadas		2.185.469	1.367.782	1.366.200
	total de idosas		3.655.737	3.788.932	3.950.334

Fonte: elaborado a partir de IBGE (1992, 1996 e 1999)

Nota: em todos os grupos estão sendo considerados os homens com 60 anos ou mais, e as mulheres com 55 anos ou mais

A partir das PNADs, pode-se separar, no mínimo, duas categorias de aposentados vinculados ao meio rural que recebem um salário de aposentadoria. A primeira delas considera as pessoas que se aposentaram antes da idade mínima para o requerimento da aposentadoria por idade, e que estavam recebendo rendimento de aposentadoria no valor de um salário mínimo de um instituto de previdência público. Para efeito comparativo, consideraram-se, na primeira categoria, as pessoas do sexo masculino entre 55 e 60 anos

e do sexo feminino entre 50 e 55 anos, ambos com residência rural. A segunda categoria se refere aos aposentados do sexo masculino com idade igual ou superior a 60 anos e do sexo feminino com idade igual ou superior a 55 anos, também com residência na zona rural e rendimento de aposentadoria no valor de um salário mínimo. Neste caso, foram incluídas as pessoas que já deveriam estar aposentadas por idade.

Para analisar a evolução da inclusão dos trabalhadores rurais participantes do sistema de aposentadoria por idade, dividiram-se as mulheres em cinco grupos etários, e os homens, em quatro, baseando-se nas duas categorias citadas acima. Como foi dito no item 3.1, as PNADs não especificam o tipo de aposentadoria recebida pelo entrevistado. Deste modo, o primeiro grupo etário considerou a primeira categoria citada no parágrafo anterior, qual seja, o contingente que já estava recebendo algum tipo de aposentadoria antes da idade mínima de se aposentar por idade¹⁹. Os demais grupos se referem aos aposentados da segunda categoria. As tabelas 2 e 3 apresentam as percentagens de aposentados e aposentadas, respectivamente, com rendimento de aposentadoria igual a um salário mínimo e residência na zona rural em relação ao total de idosos com a mesma faixa etária e local de residência. Assim, em 1992 apenas 3% dos homens entre 55 e 59 anos estavam aposentados.

Tabela 2. Percentagem de homens aposentados* com residência na zona rural – Brasil – anos selecionados

Ano	Faixa Etária			
	55 - 59	60 - 64	65 - 69	≥70
1992	3	19	55	85
1996	6	44	78	94
1999	8	55	78	95

Fonte: elaborado a partir de IBGE (1992, 1996 e 1999)

* Estão sendo considerados os rendimentos de aposentadoria igual a um salário mínimo

¹⁹ No contingente analisado não estão sendo considerados os pensionistas dos institutos de previdência públicos.

Tabela 3. Percentagem de mulheres aposentadas* com residência na zona rural – Brasil
– anos selecionados

Ano	Faixa Etária				
	50 - 54	55 - 59	60 - 64	65 - 69	≥70
1992	2	7	12	23	47
1996	4	38	61	66	77
1999	4	41	65	74	77

Fonte: elaborado a partir de IBGE (1992, 1996 e 1999)

* Estão sendo considerados os rendimentos de aposentadoria igual a um salário mínimo

Tanto na tabela 2 como na tabela 3, a participação de aposentados tem uma grande elevação do primeiro para o segundo grupo etário, mantendo crescimento significativo nos grupos subsequentes. Para os aposentados com 70 anos de idade ou mais, com rendimentos provenientes do sistema de aposentadorias igual a um salário mínimo, a participação chegou a resultados superiores a 75%, com exceção apenas das mulheres em 1992. A baixa participação das mulheres em 1992, se comparada aos demais grupos, pode ser explicada pela mudança na legislação. Até a entrada em vigor das Leis nº 8.212 e nº 8.213 em 1991, as trabalhadoras rurais, se casadas, perdiam o direito de requerer a aposentadoria por idade, ou seja, o benefício era concedido ao chefe ou arrimo de família²⁰. Assim, o ano de 1992 pode ser considerado um ano de transição entre o vigor da Lei e a regularização do contingente apto a receber o benefício previdenciário. Este resultado sugere que o aumento ocorrido a partir dos 60 anos, para os homens (tabela 2), e a partir dos 55 anos, para as mulheres (tabela 3), pode ser consequência da concessão da aposentadoria por idade. Desta forma, justifica-se a utilização das duas categorias de aposentados com residência na zona rural: os que

²⁰ As demais mudanças na legislação previdenciária referentes aos trabalhadores rurais encontram-se no item 4.2 do capítulo 4.

recebem um salário mínimo como rendimento de aposentadoria (*proxy* dos aposentados por idade), e os que recebem mais de um salário mínimo do mesmo rendimento²¹.

Os capítulos 5 e 6 usam a análise tabular de informações dos aposentados e de suas famílias de modo a avaliar a eficácia das aposentadorias pagas no meio rural para reduzir a pobreza²² e melhorar as condições de vida dos aposentados. Esta mesma análise tabular de dados é usada no capítulo 7 para diagnosticar diferenças de concessão de aposentadorias no meio rural segundo o sexo do beneficiado, sua cor (ou raça) e seu nível de escolaridade. Nestes três capítulos (5, 6 e 7), os aposentados serão desagregados entre os que receberam um salário mínimo como rendimento de aposentadoria e os que receberam mais de um salário mínimo de mesmo rendimento, de modo a diagnosticar diferenças de eficácia e equidade entre a previdência rural e outras formas de concessão de aposentadorias pela previdência social.

3.3 A curva de Lorenz e o índice de Gini

Para a análise do grau de desigualdade de renda utilizou-se o critério de Pigou-Dalton e a curva de Lorenz. De acordo com Corrêa (1995), o critério de Pigou-Dalton “estabelece que o valor das medidas de desigualdade deve aumentar quando ocorrem transferências regressivas de renda”. Ainda segundo a autora, considera-se que a transferência regressiva de renda é a transferência de renda de um indivíduo para outro mais rico.

A curva de Lorenz apresenta graficamente a distribuição de renda, através dos diferentes estratos selecionados. Segundo Corrêa (1995), após a ordenação crescente da renda de uma determinada população, a curva de Lorenz mostra como a proporção acumulada da renda (Φ) varia em função da proporção acumulada da população (p). A figura 1 apresenta a curva de Lorenz.

²¹ Considerou-se um salário mínimo os rendimentos de aposentadoria entre Cr\$500.000,00 e Cr\$550.000,00, em 1992, entre R\$110,00 e R\$120,00, em 1996, e entre R\$130,00 e R\$140,00, em 1999, incluindo estes valores.

²² Considera-se como pobres as famílias que receberam menos de um salário mínimo de renda *per capita*.

Figura 1 – Curva de Lorenz

No eixo horizontal encontra-se a proporção acumulada da população, iniciando-se com os mais pobres. A renda acumulada do mesmo contingente encontra-se no eixo vertical. Se as pessoas auferissem a mesma renda, sua distribuição seria uniforme e, conseqüentemente, representada pela reta AB. Assim, a reta AB representa a linha de perfeita igualdade, e Φ seria igual a p . O extremo oposto aconteceria se a renda total fosse auferida por apenas uma pessoa. No caso de uma população de n pessoas, com um n elevado, a linha de perfeita desigualdade seria representada pela poligonal ACB.

Empiricamente, situações como as descritas acima não acontecem. Portanto, a área de desigualdade, representada na figura 1 por α , indicará o grau de desigualdade de distribuição da renda de uma determinada população. Quanto mais afastada a curva de Lorenz estiver da reta AB, maior será este grau de desigualdade.

O índice de Gini é uma das medidas mais utilizadas na mensuração da desigualdade de distribuição da renda de uma população. No presente trabalho, este índice indica o grau de desigualdade de distribuição da renda familiar *per capita* entre os diferentes grupos de aposentados e não aposentados da previdência social residentes na zona rural ao longo da década de 1990.

O índice de Gini pode ser entendido como sendo a relação entre a área de desigualdade α e a área do triângulo ABC. Como a área do triângulo ABC é igual a 0,5, a área de desigualdade deverá estar entre o seguinte intervalo:

$$0 \leq \alpha < 0,5 \quad (1)$$

Como o coeficiente de Gini tem uma relação direta com a área de desigualdade, seu cálculo é dado pela seguinte relação:

$$G = \frac{\alpha}{0,5} = 2\alpha \quad (2)$$

Assim, o índice de Gini deverá estar entre zero e um ($0 \leq \alpha < 1$).

O índice de Gini será calculado para homens e mulheres, aposentados e não aposentados, apresentados na tabela 1 nos anos de 1992, 1996 e 1999. Com estes resultados será possível observar:

- se a desigualdade da distribuição da renda para um mesmo grupo e sexo é maior, igual ou menor entre os aposentados e os não aposentados;
- se a desigualdade da distribuição da renda para um mesmo grupo e sexo entre aposentados está crescendo, diminuindo ou está constante ao longo dos anos da década de 1990; e
- se a desigualdade de distribuição da renda entre os aposentados da previdência rural (aqueles que recebem um salário mínimo de rendimento de aposentadoria) é diferente da desigualdade de distribuição da renda dos idosos aposentados que recebem mais de um salário mínimo de renda de aposentadoria paga por um instituto público de previdência social.

3.4 A regressão estimada

Após a análise tabular identificando o perfil dos aposentados com residência na zona rural segundo o nível de escolaridade, a cor (ou raça) e o sexo (a ser feita no capítulo 7), será mensurado o impacto de cada variável na obtenção deste benefício. Para tal análise, entre os métodos não experimentais, será aplicado o modelo Próbite, por ser o mais adequado ao objetivo proposto neste trabalho. No modelo Próbite, a variável dependente é a condição do residente da zona rural, a partir dos 55 anos, se mulher, e dos 60 anos, se homem, estar aposentado ou não, assumindo um (1) quando ele está aposentado e zero (0) quando ele não está aposentado. Entre os aposentados serão aplicadas regressões distintas para aqueles com rendimento de aposentadoria igual a um salário mínimo e maior que um salário mínimo.

A função genérica a ser estimada é a seguinte:

$$Y_i = f(Es, Cr, Sx) \quad (3)$$

Onde:

Y_i = Binária indicando se o idoso residente na zona rural é aposentado por um instituto de previdência público ou não

Es = Número de anos de estudo completos

Cr = Binária indicando se o idoso é branco ou negro

Sx = Binária indicando se o idoso é homem ou mulher

Como foi citado anteriormente, está sendo considerada como variável dependente a condição do idoso residente na zona rural ser aposentado ($Y = 1$) ou não ($Y = 0$) por um instituto de previdência público durante a década de 1990. As variáveis explicativas são: o número de anos de estudo completos, a cor e o sexo, sendo as duas últimas também binárias.

Segundo Greene (1993), acredita-se que esse conjunto de fatores pode ser representado por um vetor $\mathbf{x}$, explicando a caracterização de cada indivíduo, como:

$$Prob(Y = 1) = F(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x}) \quad (4)$$

$$Prob(Y = 0) = 1 - F(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x}) \quad (5)$$

O conjunto de parâmetros $\boldsymbol{\beta}$ reflete o impacto das mudanças em $\mathbf{x}$.

Ainda segundo Greene (1993), para um dado vetor de coeficiente de regressão (parâmetros), espera-se que:

$$\lim_{\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x} \rightarrow +\infty} Prob(Y = 1) = 1 \quad (6)$$

$$\lim_{\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x} \rightarrow -\infty} Prob(Y = 1) = 0 \quad (7)$$

A princípio, toda distribuição de probabilidade contínua definida acima da linha real pode ser usada. A distribuição normal, usada no modelo Próbite, pode ser representada da seguinte forma:

$$Prob(Y = 1) = \int_{-\infty}^{\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x}} \phi(t) dt = \Phi(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x}) \quad (8)$$

As notações $\phi(\cdot)$ e $\Phi(\cdot)$ são usualmente utilizadas para a função de densidade e a função de distribuição da normal acumulada padrão, respectivamente.

O valor esperado de y é dado por:

$$E[y] = 0[1 - F(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x})] + 1[F(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x})] = F(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x}) \quad (9)$$

Mas é importante observar que os parâmetros dos modelos de regressão não lineares, que é o caso deste trabalho, não representam os efeitos marginais. Em geral,

$$\frac{\partial E[y]}{\partial \mathbf{x}} = \left\{ \frac{dF(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x})}{d(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x})} \right\} \boldsymbol{\beta} = f(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x})\boldsymbol{\beta} \quad (10)$$

onde $f(\cdot)$ é a função densidade que corresponde à distribuição cumulativa $F(\cdot)$.

Numa distribuição normal, tem-se:

$$\frac{\partial E[y]}{\partial \mathbf{x}} = \phi(\boldsymbol{\beta}'\mathbf{x})\boldsymbol{\beta} \quad (11)$$

onde $\phi(t)$ é a densidade normal padronizada.

4 EVOLUÇÃO E DESEMPENHO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO NO BRASIL

Este capítulo analisa a evolução do sistema previdenciário no Brasil (item 4.1). Em seguida, é apresentada, de maneira sucinta, a forma de custeio do subsistema previdenciário rural (item 4.2).

4.1 Evolução histórica da previdência social no Brasil

Este item se divide em duas partes: inicialmente há uma análise da evolução da previdência social no Brasil desde sua origem até 1987 (item 4.1.1). De forma complementar, destacam-se as principais mudanças constitucionais da previdência rural após a Constituição Federal de 1988 (item 4.1.2).

4.1.1 O sistema previdenciário no Brasil de sua origem a 1987

O sistema previdenciário é caracterizado pela concessão de benefícios à classe trabalhadora da sociedade. Embora, no caso do Brasil, este sistema tenha sido criado oficialmente em 1923, é possível destacar, ainda no século XIX, algumas de suas manifestações mais antigas. A primeira delas surgiu em 22 de junho de 1835 com o chamado Montepio Geral dos Servidores do Estado (Mongeral). Montepios são instituições que concedem uma pensão por morte a qualquer pessoa escolhida, mediante o pagamento de cotas por parte do membro adquirente. O Mongeral, particularmente,

funcionou através do sistema mutualista, no qual as contribuições eram responsáveis pela formação de um fundo para suprir a cobertura proposta.

As duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX presenciaram a criação de diversas coberturas previdenciárias específicas a certas categorias de funcionários. Exemplos de concessões previdenciárias neste período foram:

- a regulação do direito à aposentadoria dos empregados dos Correios, através do Decreto nº 9.912-A/1888;
- a criação da Caixa de Socorros em cada uma das Estradas de Ferro do Império, através da Lei nº 3.397/1888;
- a criação do Fundo de Pensões do pessoal das Oficinas de Imprensa Nacional, através do Decreto nº 10.269/1889;
- a instituição da aposentadoria para os empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil, através do Decreto nº 221/1890, sendo ampliado a todos os ferroviários do Estado ainda no mesmo ano, através do Decreto nº 565/1890;
- a criação do Montepio Obrigatório dos Empregados do Ministério da Fazenda, através do Decreto nº 942-A/1890;
- a instituição da aposentadoria por invalidez e a pensão por morte dos operários do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, através da Lei nº 217/1892;
- a criação da Caixa de Pensões dos Operários da Casa da Moeda, através do Decreto nº 9.284/1911;
- a criação da Caixa de Pensões e Empréstimos para o pessoal das Capatazias da Alfândega do Rio de Janeiro, através do Decreto nº 9.517/1912; e
- a obrigatoriedade do seguro contra acidentes de trabalho em certas atividades, através da Lei nº 3.724/1919.

Em 1913 foi proposta uma lei criando um sistema mais amplo de previdência social. No entanto, apenas dez anos depois, em 24 de janeiro de 1923 com o Decreto nº 4.682 (então denominada Lei Elói Chaves), foi oficialmente criado o sistema previdenciário no Brasil.

A partir de 1923, as empresas de estradas de ferro passaram a ter uma Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) com as seguintes características: filiação obrigatória por parte dos beneficiários, contribuições de empregados e empregadores, prazo de carência para receber os benefícios e igualdade dos beneficiários no usufruto dos benefícios. As CAPs dos ferroviários contemplavam-lhes com os seguintes benefícios: aposentadoria por invalidez, aposentadoria ordinária (a atual aposentadoria por tempo de contribuição), pensão por morte e assistência médica.

Também em 1923 foi criado o Conselho Nacional do Trabalho, com diversas atribuições, inclusive, as relativas à previdência social. Nos anos posteriores, o regime previdenciário foi estendido aos portuários e marítimos (Lei nº 5.109/1926), aos trabalhadores dos serviços telegráficos e radiotelegráficos (Lei nº 5.485/1928), aos empregados nos serviços de força, luz e bondes (Decreto nº 19.497/1930), e aos empregados dos demais serviços públicos concedidos ou explorados pelo poder público (Decreto nº 20.465/1931), chegando a atingir um total de 183 CAPs.

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930²³ foi um importante passo do governo na orientação e supervisão da previdência social, ou seja, das Caixas de Aposentadoria e Pensões. O sistema previdenciário continuaria subordinado a este ministério até 1971.

A partir de 1931, as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) puderam se fundir criando Institutos²⁴, com características de proteção social, mas que reuniam categorias profissionais. Vale lembrar que a mudança da organização do sistema previdenciário de trabalhadores vinculados a empresas para categorias profissionais passou a ter uma abrangência ainda maior. O primeiro de âmbito nacional foi o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM) em 1933²⁵. Estes institutos davam cobertura previdenciária aos grupos de trabalhadores formais por setor de atividade – bancos, transportes, indústria, etc.. Alguns institutos mais relevantes foram: o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC), criado pelo Decreto nº

²³ Decreto nº 19.433/1930.

²⁴ Decreto nº 20.465/1931.

²⁵ Decreto nº 22.872/1933.

24.273/1934; o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB), criado pelo Decreto nº 24.615/1934; e o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), criado pela Lei nº 367/1936.

Entre os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), os mais fortes administrativa e financeiramente eram o IAPI, dos industriários, e o IAPB, dos bancários (Delgado & Schwarzer, 2000).

Em 1943 foi aprovada – pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – a Consolidação das Leis do Trabalho²⁶. Mas a legislação trabalhista da CLT não fez qualquer menção ao trabalhador rural. Este órgão também foi responsável por elaborar o primeiro projeto de Consolidação das Leis de Previdência Social.

É a partir de 07 de maio de 1945, com o Decreto-Lei nº 7.526, ainda no governo de Getúlio Vargas, que ocorre, pela primeira vez, a tentativa de inclusão do trabalhador rural entre os beneficiários da previdência. Nesta data foi assinada a Lei Orgânica dos Serviços Sociais, criando o Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB), e unificando todas as instituições previdenciárias até então existentes. Os benefícios, que ainda eram restritos a uma parte dos trabalhadores, foram estendidos teoricamente a toda a população ativa do país, sendo estabelecido um teto mínimo para as aposentadorias e pensões de 70% e 35% do salário mínimo, respectivamente²⁷. Esta foi a primeira tentativa de universalização da previdência social no Brasil. Mas, com a queda de Getúlio Vargas e a ascensão de Eurico Gaspar Dutra em 1946, o crédito orçamentário que se destinava ao ISSB se tornou sem aplicação, e este órgão não chegou a ser implantado.

Várias foram as razões que fizeram com que os trabalhadores rurais ficassem tão ausentes do sistema previdenciário. Por um lado, o setor rural participava, de forma subalterna, da estratégia de desenvolvimento econômico do Brasil após 1930. Por outro lado, os trabalhadores rurais, não obstante a população rural constituía a maioria da população brasileira até a década de 1960, não representavam um grupo de pressão com a capacidade de articulação política e vocalização suficientes para que o Estado os visse

²⁶ Decreto-Lei nº 5.452/1943.

²⁷ Decreto-Lei nº 7.835/1945.

como grupo social a ser integrado por meio de expansão significativa da cobertura de programas sociais (Delgado & Schwarzer, 2000). Esta não foi só uma característica brasileira, ela ocorreu de forma mais ou menos intensa em outros países da América Latina.

A partir de 1950 inicia-se uma mobilização gradativa por parte dos trabalhadores rurais. Várias foram suas reivindicações, embora eles tivessem como objetivo principal a reforma agrária. Questões como as trabalhistas e as sociais eram deixadas para segundo plano, inclusive a previdenciária.

A tentativa seguinte de universalização previdenciária por parte do governo foi em 1955, com a criação do Serviço Social Rural²⁸. Este órgão, criado 10 anos depois do ISSB, assistia as populações rurais e era custeado basicamente pelas empresas industriais urbanas. Sob a Lei Delegada nº 11 – chamada dessa forma devido à sua data: 11 de outubro de 1962 –, o Serviço Social Rural passou a integrar a Superintendência de Política Agrária – SUPRA (Beltrão et al., 2000).

Na década de 1960 já era amplo o movimento de sindicalização rural, que contava com o apoio da Igreja católica e das famosas Ligas Camponesas. As Ligas Camponesas foram criadas com o intuito de reivindicar o auxílio mútuo ao sepultamento dos membros dos trabalhadores rurais associados. Elas surgiram em 1958 no Engenho Galiléia em Pernambuco (Delgado & Schwarzer, 2000).

A unificação definitiva do sistema previdenciário brasileiro ocorreu com a aprovação, em 1960, da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS)²⁹, unificando a legislação referente aos Institutos de Aposentadoria e Pensões e ampliando os benefícios, como o auxílio-reclusão, o auxílio-funeral e o auxílio-maternidade. Segundo a Lei Orgânica, os trabalhadores autônomos e os profissionais liberais passaram a participar do sistema previdenciário. Os empregadores eram, também, obrigatoriamente incluídos, ou seja, todos que exercessem atividade remunerada passaram a ser segurados. O quadro 2 compara os benefícios e as percentagens de contribuição dos

²⁸ Lei nº 2.613/1955.

²⁹ Lei nº 3.807/1960.

segurados dos IAPs e da recém criada LOPS. Embora a LOPS tenha se baseado na alíquota de contribuição mais alta, a amplitude de sua cobertura, sob todos os aspectos, atingiu níveis até então não disponíveis em qualquer Instituto de Aposentadoria e Pensões.

De acordo com o quadro 2, observa-se que o IAPB foi o instituto que mais concedeu benefícios aos seus segurados, não disponibilizando apenas o pecúlio e a assistência alimentar. Por outro lado, o IAPI se destacou por possuir apenas três benefícios previdenciários. Para este instituto, destaca-se ainda o elevado valor da alíquota máxima de contribuição.

BENEFÍCIOS	Institutos e Seus Anos de Criação						LEI ORGÂNICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (1960)
	IAPM ¹ 1933	IAPB ² 1934	IAP ³ 1936	IAPTC ⁴ 1938	IPASE ⁵ 1938/41	IAPC ⁶ 1940	
Aposentadoria Ordinária		X		X	X	X	X
Aposentadoria por Invalidez	X	X	X	X	X	X	X
Pensão	X	X	X	X	X	X	X
Assist. Médico-Hospitalar	X	X			X	X	X
Assist. Farmacêutica	X	X					X
Auxílio-Funeral		X		X		X	X
Pecúlio					X	X	X
Auxílio-Doença		X	X			X	X
Auxílio-Maternidade		X				X	X
Auxílio-Detenção		X					X
Salário-Família		X					X
Assist. Alimentar							X
Contribuição dos Segurados	3%	4% a 7%	3% a 8%	3% a 8%	4% a 7%	3% a 8%	8%

Quadro 2 – Comparação entre os benefícios dos IAPs e da LOPS – Brasil – 1930 a 1960

Fonte: Matijascic (2002)

Nota: o “X” indica benefício concedido

¹ Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos

² Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários

³ Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários

⁴ Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Transportadores de Carga

⁵ Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado

⁶ Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais

Mas, apesar da LOPS ter unificado a previdência social no Brasil, só com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural³⁰, em março de 1963, é que foi incluído, efetivamente, o trabalho em atividade rural na legislação previdenciária. O sistema previdenciário que abrangia este tipo de atividade ficou a cargo do recém criado Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural³¹ (FUNRURAL). Os benefícios prestados consistiam em aposentadoria por invalidez e por velhice, pensão por morte, auxílio-maternidade, auxílio-doença, auxílio-funeral e assistência médica. No ano de 1963 também foi fundada a CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

A concessão efetiva dos direitos previdenciários ao trabalhador rural coincide com o reconhecimento, também por parte do governo, de alguns direitos da trabalhadora rural. Apesar da maior parte dos benefícios ser concedida ao chefe ou arrimo de família, uma das maiores conquistas foi o salário-maternidade.

O custeio do FUNRURAL foi estabelecido através de uma contribuição de 2,1% sobre o valor da primeira comercialização do produto rural³², paga pelo próprio produtor ou, mediante acordo prévio, pelo adquirente. Também foi acrescida uma alíquota de 2,4% sobre a folha de salários dos trabalhadores urbanos para viabilizar o custeio do programa. Os benefícios começaram a ser concedidos um ano após o início da arrecadação das contribuições. O controle de ambas operações – pagamentos e prestações de benefícios – seria entregue ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

Em 1965 foi formada uma comissão técnica com o objetivo de elaborar uma proposta de reforma da previdência social. A idéia era reunir a administração do sistema até então fragmentado e promover de vez a universalização da cobertura dos benefícios. Além da criação de um ministério para a previdência social, para controlar este sistema unificado, também constavam na pauta questões como o pagamento do seguro do acidente de trabalho e a inclusão dos trabalhadores domésticos e rurais no sistema

³⁰ Lei nº 4.214/1963.

³¹ Lei nº 4.214/1963.

³² Originalmente 2% mais 0,1% decorrentes do seguro de acidente de trabalho.

previdenciário. A oposição se deu de forma interna e externa ao governo, ou seja, por parte de grupos como as seguradoras privadas e o instituto dos bancários (IAPB). Neste último caso, as preocupações se concentravam em torno do problema fiscal, principalmente por já ser nítido o problema dos gastos previdenciários descobertos. A proposta de 1965 foi, então, vetada (Delgado & Schwarzer, 2000).

Apesar do Estatuto do Trabalhador Rural conter um elenco razoável de recursos, sua base financeira seria insuficiente para a realização do programa. O recolhimento e a fiscalização também se tornariam inviáveis, principalmente por contar com a participação do IAPI. Este instituto era provavelmente eficiente para controlar os trabalhadores industriais, mas não tanto os rurais. Talvez esta tenha sido a razão para as alterações dos dispositivos da Lei Orgânica da Previdência Social referentes ao custeio e às prestações ainda em 1966³³.

Nesse mesmo ano, com a fusão de seis Institutos de Aposentadoria e Pensões, também foi criado o Instituto Nacional da Previdência Social – INPS – através do Decreto-Lei nº 72/1966. Alguns meses depois, já no ano de 1967, o Estatuto do Trabalhador Rural foi reformulado (Decreto-Lei nº 276/1967), e a arrecadação das contribuições entregue ao recém-criado INPS. Os benefícios em dinheiro foram suprimidos, e os benefícios ficaram limitados às assistências médica e social (Beltrão et al., 2000).

Quanto à sistemática da contribuição ao FUNRURAL, ela permaneceu basicamente a mesma, sendo, a partir dessa data, obrigação do adquirente do produto rural (e não mais do produtor) o pagamento deste tributo, a menos que o produtor rural realizasse a transformação do próprio produto. Esta medida visava um maior controle da arrecadação por parte da fiscalização, e vinculava a indústria ao sistema previdenciário.

A extensão previdenciária ao trabalhador rural, especialmente aos empregados do setor agrário da agroindústria canavieira, ocorreu em maio de 1969³⁴. No mesmo ano foi ampliado o plano básico da Previdência Social Rural³⁵. Mas, devido aos gastos elevados,

³³ Decreto-Lei nº 66/1966.

³⁴ Decreto-Lei nº 564/1969.

³⁵ Decreto-Lei nº 704/1969.

a LOPS foi modificada em julho e agosto³⁶, e o Regulamento da Previdência Social Rural, aprovado em setembro de 1969³⁷.

Em 1972, o sistema previdenciário passou a integrar o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)³⁸, e o plano básico foi substituído pelo Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRÓ-RURAL)³⁹, o qual foi regulamentado em 1972⁴⁰. Além da assistência aos trabalhadores rurais, também foram assistidos, posteriormente, os pescadores (a partir de 1972)⁴¹ e os garimpeiros (a partir de 1975)⁴². Os benefícios conferidos a estes trabalhadores e a seus dependentes passaram a ser: aposentadoria por idade e por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço social, readaptação profissional e serviço de saúde. O benefício de aposentadoria por idade aos 65 anos, particularmente, era bastante precário, limitado ao cabeça do casal e tendo meio salário mínimo como teto.

O FUNRURAL ficou com a responsabilidade da execução e administração do programa, no qual houve a equiparação do trabalhador rural com o produtor que trabalha na atividade rural sem nenhum empregado.

Quanto à distinção entre homem e mulher, ela só vai aparecer seis anos após a criação do INPS, ou seja, em 1972. Como fator distintivo, destacava-se a questão da aposentadoria por tempo de serviço, diferenciando a percentagem do salário de benefício (80% para o segurado do sexo masculino, e 100% para o do sexo feminino), mas não o tempo de contribuição, que era de 30 anos para ambos.

Em 1974, o Ministério do Trabalho e Previdência Social foi desmembrado, sendo criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (Lei nº 6.036/1974). A partir de então, duas novas espécies de benefícios foram acrescentadas ao sistema previdenciário rural, incluindo os inválidos e maiores de 70 anos que não tivessem outra fonte de renda

³⁶ Decreto-Lei nº 710/1969 e Decreto-Lei nº 795/1969. Outra alteração na LOPS foi feita em 1973 através da Lei nº 5.890/1973.

³⁷ Decreto nº 65.106/1969.

³⁸ Decreto nº 65.859/1972.

³⁹ Lei Complementar nº 11/1971.

⁴⁰ Decreto nº 69.919/1972.

⁴¹ Decreto nº 71.498/1972.

⁴² Decreto nº 75.208/1975.

(Lei nº 6.179/1974) e os trabalhadores que sofressem algum tipo de acidente de trabalho (Lei nº 6.195/1974). Ambos beneficiários foram incorporados mais tarde como benefícios assistenciais, correspondendo aos seguintes benefícios urbanos: renda mensal vitalícia por idade e renda mensal por invalidez permanente. Neste ano já estava completando doze meses que o Regulamento Geral da Previdência Social havia sido substituído pelo Regulamento do Regime de Previdência Social⁴³.

A assistência médica no campo era feita sob a forma de convênios com organizações locais, por intermédio dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Estes sindicatos se tornaram parceiros do governo no fornecimento de prestação de serviços médicos. Como os repasses de verba eram feitos em montantes fixos, estes órgãos passaram a ser mais importantes pela prestação de serviços do que pela representatividade de interesses. Paralelo a isto, o setor empresarial médico não se mostrou interessado no programa do FUNRURAL por apresentar poucas possibilidades de lucro. O não fornecimento de serviços médicos diretos por parte do governo fez com que políticos locais se utilizassem desses meios para benefícios particulares (Delgado & Schwarzer, 2000).

Em 1975 foi elaborada a Consolidação das Leis da Previdência Social⁴⁴, além de serem instituídos benefícios e serviços previdenciários para os trabalhadores rurais e seus dependentes⁴⁵. O teto máximo do benefício de aposentadoria por idade rural era de 50% do salário mínimo, enquanto que o teto das pensões era de 30% também do salário mínimo.

É importante citar que não foram criados legalmente novos mecanismos de custeio para o amparo previdenciário. Em 1977, com a Lei nº 6.439 de 1º de setembro, foi unificado o sistema de seguridade brasileiro. A responsabilidade pela prestação de benefícios, assistência médica, assistência social e por toda a estrutura administrativa e financeira, que antes era dividida entre o FUNRURAL (clientela rural) e o INPS

⁴³ Decreto nº 72.771/1973.

⁴⁴ Lei nº 6.243/1975.

⁴⁵ Lei nº 6.260/1975.

(clientela urbana), passou para o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS).

O INPS aumentou suas atribuições, mantendo e concedendo benefícios previdenciários aos segurados do próprio INPS e aos beneficiários do antigo FUNRURAL (Beltrão, 2000). A estrutura do SINPAS passou a ser a seguinte:

Figura 2 – Estrutura do SINPAS

A assistência médica se tornou responsabilidade do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). A administração e os sistemas financeiro e patrimonial ficaram a cargo do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), e a assistência social às populações carentes se tornaram responsabilidade da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA). O

SINPAS contou ainda com a participação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), da Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV) e da Central de Medicamentos (CEME).

A estrutura do sistema de Seguridade Social no Brasil permaneceu dessa forma até a Constituição Federal de 1988.

4.1.2 As alterações introduzidas no sistema previdenciário a partir da Constituição Federal de 1988 para o trabalhador rural

Em 1988 foi aprovada a última Constituição Federal brasileira, que teve como princípio a universalização da seguridade social⁴⁶, englobando as áreas da saúde, da previdência social e da assistência social.

Mudanças significativas foram introduzidas no sistema previdenciário. Apesar dos trabalhadores do meio rural já contarem com uma relativa concessão de benefícios, a previdência rural se encontrava muito aquém, se fosse comparada ao sistema já aplicado na zona urbana. Alguns problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais passaram a ser mais discutidos, como a sazonalidade e a informalidade, e a solução surgiu com as Leis nº 8.212 (Plano de Custeio da Seguridade Social) e nº 8.213 (Plano de Benefícios da Previdência Social) que entraram em vigor em 1991. Para a previdência rural, o principal objetivo destas leis era inserir os trabalhadores rurais de maneira ampla no sistema.

Nesse contexto, os trabalhadores rurais passaram a participar do sistema, principalmente, através de dois tipos de benefício: o de contribuição obrigatória e o de contribuição facultativa. No primeiro deles, os trabalhadores rurais trabalham com carteira assinada, contribuem para a previdência social durante suas vidas laborais e gozam da aposentadoria na inatividade, recebendo até 100% do salário-de-benefício.

⁴⁶ Entende-se por universalização da seguridade social a igualdade de direitos e deveres entre os cidadãos perante a lei.

A segunda categoria abrange, principalmente, os trabalhadores rurais classificados como segurados especiais⁴⁷. Na segunda categoria estão sendo considerados os trabalhadores rurais informais, os que participam da agricultura familiar ou da agricultura de subsistência. Estes trabalhadores, apesar de não contribuírem compulsoriamente para a previdência social, têm o direito de receber a aposentadoria por idade ou por invalidez no valor de um salário mínimo, mediante comprovação de exercício na atividade rural.

A nova legislação previdenciária rural ampliou significativamente o número de aposentados no campo. Na tabela 1 do capítulo 3, constatou-se que os aposentados com residência na zona rural passaram de 3.339.122 em 1992 para 5.032.034 em 1999 (acréscimo de 50,7% nestes 7 anos), segundo os dados das PNADs. E o maior crescimento foi de aposentados que receberam um salário mínimo de rendimento de aposentadoria (considerados neste trabalho como *proxy* dos aposentados por idade). Eles aumentaram de 1.463.854 em 1992 para 4.741.830 em 1999, com aumento de 223,9% nestes mesmo sete anos.

Supõe-se que as aposentadorias, com ou sem contribuição para um instituto de previdência público, trouxe diversas melhorias para o meio rural, principalmente através do aumento da renda familiar monetária. Desta forma, acredita-se que exista uma relação direta entre a concessão de aposentadorias e o aumento da qualidade de vida da população rural, melhorando, por exemplo, suas condições de moradia, ou ampliando seus bens-de-consumo duráveis.

Para uma melhor compreensão das mudanças ocorridas com as Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91, referentes aos segurados especiais, o quadro 3 apresenta uma análise comparativa da participação no sistema previdenciário desses trabalhadores rurais antes e depois da nova legislação.

⁴⁷ De acordo com o artigo 195, inciso III, § 8º da Constituição Federal de 1988 “o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a Seguridade Social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei”. Vale lembrar que após a Emenda Constitucional nº 20/1998 houve a supressão dos garimpeiros deste parágrafo.

Como Era	O Que Mudou
Teto de benefício de, no máximo, meio salário mínimo para as aposentadorias, e de 30% do salário mínimo para as pensões;	Teto do benefício no valor de um salário mínimo;
Aposentadoria por idade concedida aos 65 anos;	Aposentadoria por idade concedida aos 55 anos para as mulheres, e aos 60 anos para os homens;
Concessão do benefício apenas ao chefe ou arrimo de família.	Igualdade de direitos entre os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Quadro 3 – Principais mudanças na regulamentação da previdência rural após a Constituição Federal de 1988

Fonte: Brasil (1988)

Através do quadro 3, observa-se que a primeira alteração significativa se refere ao teto de benefício. Enquanto as aposentadorias passaram de meio para um salário mínimo⁴⁸, as pensões tiveram um salto ainda maior, saindo de 30% para também um salário mínimo. Assim, o rendimento daqueles que já estavam incluídos no sistema, no mínimo, dobrou.

Outro ponto importante a ser destacado no quadro 3 é a mudança na idade mínima para se aposentar por idade. Até 1991, a aposentadoria era concedida a qualquer trabalhador rural ao completar 65 anos de idade. Após a promulgação das Leis nº 8.212 e nº 8.213, em 1991, a idade mínima para requerer a aposentadoria por idade passou a ser 60 anos para os homens, e 55 anos para as mulheres. Se as idades mínimas dos trabalhadores rurais forem comparadas com as vigoradas para os trabalhadores urbanos, constata-se que os trabalhadores rurais têm o direito a se aposentar cinco anos antes.

Se a aposentadoria por idade viabilizou uma crescente participação da população rural no sistema previdenciário, é através da análise por gênero deste benefício que as mudanças na legislação ficam ainda mais nítidas. A aposentadoria por idade já existia

⁴⁸ Artigo 201 § 2º CRFB.

antes de 1988, porém a trabalhadora rural perdia o direito de se aposentar a partir do momento em que ela passava a viver maritalmente com seu cônjuge. Em outras palavras, a previdência social no campo concedia o benefício apenas ao chefe ou arrimo de família. A equiparação das condições de acesso para homens e mulheres trabalhadores rurais fez com que, de fato, houvesse igualdade de gênero na concessão dos benefícios previdenciários.

Atualmente a comprovação do exercício da atividade rural, mesmo que de forma descontínua, é condição suficiente, e não apenas necessária, para o requerimento da aposentadoria por idade, permanecendo assim até 2006. Para aqueles trabalhadores rurais que optam por contribuir, a alíquota é de 2,1% sobre o valor da produção agrícola comercializada, sendo dois pontos percentuais destinados à Seguridade Social e 0,1 ponto percentual ao financiamento das prestações por acidente de trabalho.

No item a seguir é feita uma análise mais detalhada, a partir de 1989, sobre o custeio do sistema previdenciário rural no Brasil.

4.2 O custeio da previdência rural

A legislação da previdência rural está baseada nos Planos de Custeio e de Benefícios que entraram em vigor em 1991, nos quais a atual gestão da Seguridade Social é quadripartite, contando com a participação de trabalhadores, empregadores, aposentados e governo nos órgãos colegiados⁴⁹. É de responsabilidade da Seguridade Social as ações nas áreas de saúde, previdência social e assistência social, sendo cada uma delas regulamentada com leis específicas.

⁴⁹ Inciso II do art. 194 da Constituição Federal brasileira, na redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº20 de 1998.

Sua forma de financiamento pode ser direta ou indireta, contando com recursos provenientes da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e das contribuições sociais⁵⁰. Mas, para um melhor entendimento da forma de custeio da previdência rural, é importante ressaltar que dentro do RGPS existem, para efeito explicativo, dois subsistemas. O primeiro deles está vinculado ao trabalhador urbano, e é baseado no contrato formal de trabalho. O segundo se refere ao trabalhador rural, e deixa de lado a vinculação contratual para se fundamentar no trabalho informal em regime de economia familiar (Delgado & Castro, 2003).

Para o último subsistema, o financiamento é facultativo e proveniente da contribuição de 2,1% da receita bruta proveniente da comercialização da produção do trabalhador rural⁵¹, e da contribuição do trabalhador urbano, vinculando uma alíquota ao seu recolhimento mensal. De forma secundária, utilizam-se as contribuições parafiscais da seguridade social, como, por exemplo, a Cofins, a Contribuição sobre o Lucro Líquido e a CPMF (Delgado & Castro, 2003). A tabela 4 apresenta a forma de financiamento da previdência rural entre os anos de 1994 e 2000⁵², mostrando o montante arrecadado, as despesas com benefícios e a proporção do PIB necessária para financiar esse subsistema.

⁵⁰ De acordo com o art. 195 da Constituição Federal brasileira, na redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 20 de 1998, entende-se por contribuições sociais:

‘I – do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidente sobre:

- a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física, que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
- b) a receita ou o faturamento;
- c) o lucro;

II – do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incluindo contribuições sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201”.

⁵¹ 2% mais 0,1% destinado ao financiamento das prestações por acidente do trabalho. Art. 25, lei no. 8.212/91, incisos I e II.

⁵² Segundo os autores, entende-se que Necessidade de Financiamento da Previdência Rural é “um indicador que mede a relação entre valores financeiros alocados para cobrir as despesas do sistema e os efetivos valores assumidos por suas fontes de financiamento”.

Tabela 4. Esquema de financiamento e despesas do subsistema da previdência rural – Brasil – 1994 a 2000

	1994	1995	1996	1997	1998	2000
	(em R\$ milhões correntes)					
I - Arrecadação legal	422,8	685,2	842,5	965,6	895,4	912,0
- Comercialização	261,9	453,2	526,4	636,8	530,2	912,0
- Folha de Salário	160,9	232,0	316,1	328,8	365,2	
II - Despesa com benefícios	4.838,5	8249,4	9052,2	9343,2	10110,9	12226,5
- Benefícios previdenciários	4.385,1	7492,1	8210,9	8168,4	9075,8	10870,6
- Benefícios assistência rural	453,4	757,3	841,3	1174,8	1035,1	1355,9
III - Necessidade de Financiamento do Subsistema Rural (I-II)	-4.415,7	-7564,2	-8209,7	-8377,6	-9215,5	-11314,5
IV - Necessidade de Financiamento como Proporção do PIB (%)	1,26	1,17	1,05	0,96	1,01	1,04

Fonte: Delgado & Castro (2003)

Nota: o ano de 1999 foi excluído por não ter sido declarado a arrecadação legal

Através da tabela 4 observa-se que tanto as despesas com benefícios previdenciários como as com benefícios assistenciais mais que dobraram entre os anos de 1994 e 2000. E, embora a arrecadação tenha aumentado, esse aumento não foi suficiente para cobrir tais despesas. Assim, a Necessidade de Financiamento do Subsistema Rural atingiu, em 2000, um patamar de R\$11.314,5 milhões, apesar de que, proporcionalmente ao PIB, a necessidade de financiamento tenha diminuído de 1994 para 2000.

Em relação à contribuição do trabalhador rural, ela permanece facultativa durante quinze anos contados a partir da data de vigência da lei nº 8.213/91. A concessão da aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo é garantida para aqueles com idade mínima exigida por lei e comprovação do exercício da atividade rural no período anterior ao requerimento do benefício, mesmo que descontinuamente, ou seja, até meados de 2006 o trabalhador rural que atingir 60 anos (se homem) ou 55 anos (se mulher) poderá requerer a aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo, mesmo que não tenha contribuído para a previdência social. Para os trabalhadores rurais que queiram se inserir no sistema previdenciário através do recolhimento mensal, o quadro 4 apresenta o número de meses de contribuição exigidos no ato do requerimento da aposentadoria a partir do ano da criação da Lei de Custeio da Seguridade Social.

Ano de Implementação das Condições	Meses de Contribuição Exigidos
1991	60 meses
1992	60 meses
1993	66 meses
1994	72 meses
1995	78 meses
1996	90 meses
1997	96 meses
1998	102 meses
1999	108 meses
2000	114 meses
2001	120 meses
2002	126 meses
2003	132 meses
2004	138 meses
2005	144 meses
2006	150 meses
2007	156 meses
2008	162 meses
2009	168 meses
2010	174 meses
2011	180 meses

Quadro 4 – Transição da contribuição da previdência rural

Fonte: Brasil (1992)

A partir de 2006 a contribuição por parte do trabalhador rural passa a ser compulsória para que o mesmo possa obter a aposentadoria por idade. O número de meses de contribuição exigidos continuará crescente, aumentando de seis em seis meses a cada ano até chegar a 180 meses de contribuição, ou 15 anos, em 2011.

5 IMPACTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A RENDA DOS APOSENTADOS COM RESIDÊNCIA NA ZONA RURAL

Este capítulo avalia a eficácia da previdência social através do pagamento de aposentadorias concedidas aos residentes da zona rural na redução da pobreza e avalia os impactos destas aposentadorias sobre a distribuição de renda da população beneficiada. Como já foi dito na Introdução, entende-se por eficácia o cumprimento ou não das leis estabelecidas pelo sistema de previdência social. E, como explicado no capítulo 4, o sistema de previdência rural garante aos seus aposentados por idade (identificados neste trabalho pelos seus rendimentos de aposentadoria) a renda de pelo menos um salário mínimo. De outro lado, assume-se como pobres as famílias que receberam menos de um salário mínimo de renda *per capita*.

Espera-se que as famílias com aposentados recebam, no mínimo, um salário mínimo e elevem, ao longo do tempo, a renda familiar de modo que se possa, de fato, julgar como eficaz o sistema de previdência rural no campo. De modo a avaliar esta eficácia, a renda dos indivíduos foi segregada em seis estratos: sem renda monetária; com renda inferior a um salário mínimo; com renda igual ou maior que um salário mínimo e menor que dois salários mínimos; com renda igual ou maior que dois salários mínimos e menor que três salários mínimos; com renda igual ou maior que três salários mínimos e menor que quatro salários mínimos; e com renda igual ou maior que quatro salários mínimos.

Com base nos estratos citados, o item 5.1 analisa a renda familiar e a renda familiar *per capita* dos aposentados e não aposentados para comprovar a eficácia da legislação previdenciária no campo. O item 5.2 apresenta o resultado do cálculo do

índice de Gini. Através deste indicador é possível avaliar a equidade da previdência social⁵³.

5.1 Análise da renda familiar e da renda familiar *per capita*

Este item está subdividido em duas análises de renda: a renda familiar e a renda familiar *per capita*. A renda familiar é relevante para mostrar que as famílias que possuíam aposentados deixaram de participar dos primeiros estratos de renda ao longo da década de 1990. Para a realização desta análise, os aposentados foram divididos em três grupos: aqueles que receberam o benefício sem ser segregado pelo seu rendimento de aposentadoria, considerados como “total de aposentados”; os aposentados que receberam um salário mínimo de rendimento de aposentadoria; e os aposentados que receberam mais de um salário mínimo de rendimento de aposentadoria.

A tabela 5 apresenta a renda familiar dos homens com 60 anos ou mais e das mulheres com 55 anos ou mais, ambos com residência na zona rural. Doravante, eles serão chamados de idosos, e elas, de idosas. Nesta tabela, observa-se que a soma das percentagens em cada grupo e para cada ano é igual a 100%.

A tabela 5 mostra que em 1992 havia 10% de aposentados e aposentadas vivendo em famílias com renda inferior a um salário mínimo. Em 1996 e 1999 isto já não ocorre e todas as famílias rurais com aposentados receberam mais de um salário mínimo. Isto é um indicador de eficácia da previdência social, pois a mesma assegura a seus beneficiários, e respectivas famílias, a renda de pelo menos um salário mínimo.

⁵³ A avaliação da equidade entre os aposentados também será abordada no capítulo 7.

Tabela 5. Distribuição percentual de aposentados e não aposentados com residência na zona rural, por sexo e renda familiar – Brasil – anos selecionados

Ano	Renda (em salários mínimos)	Homens				Mulheres			
		Aposentados			Não Aposentados	Aposentadas			Não Aposentadas
		Total	=1 sal. mín.	>1 sal. mín.		Total	=1 sal. mín.	>1 sal. mín.	
1992	0	0	0	0	2	0	0	0	2
	>0 e <1	10	14	0	35	10	13	0	26
	≥1 e <2	37	33	41	30	39	31	47	34
	≥2 e <3	30	27	37	15	29	24	38	17
	≥3 e <4	10	12	9	7	10	14	7	9
	≥4	13	14	13	11	12	18	8	12
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100
1996	0	0	0	0	4	0	0	0	3
	>0 e <1	0	0	0	17	0	1	0	10
	≥1 e <2	25	25	15	29	26	25	27	31
	≥2 e <3	36	38	19	16	38	39	22	20
	≥3 e <4	14	14	13	9	13	13	12	11
	≥4	25	23	53	25	23	22	39	25
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100
1999	0	0	0	0	3	0	0	0	2
	>0 e <1	0	0	0	13	0	0	0	8
	≥1 e <2	22	23	8	32	22	23	8	38
	≥2 e <3	39	41	14	19	39	40	8	19
	≥3 e <4	17	18	10	12	18	18	14	12
	≥4	22	18	68	21	21	19	70	21
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaborado a partir de IBGE (1992, 1996 e 1999)

Nota: para compor o grupo “total de aposentados” e “não aposentados”, utilizou-se as variáveis V912502 (para 1992) e V9122 (para 1996 e 1999), que analisa se o idoso é ou não aposentado por um instituto de previdência público. Para segregar os aposentados por rendimentos de aposentadoria, utilizou-se as variáveis V0912502 (para 1992) e V1252 (para 1996 e 1999)

A análise dos subgrupos de aposentados residentes no meio rural apresenta algumas peculiaridades. Em 1992, dos homens aposentados com rendimento de aposentadoria igual a um salário mínimo, por exemplo, 14% vivia em residências com renda familiar inferior a um salário mínimo. Como a lei de benefícios da previdência social foi implementada somente em 1991, é provável que o valor do benefício de alguns aposentados ainda não tivesse atingido o valor estabelecido pela mesma, que é até hoje de um salário mínimo. Outra provável explicação é que, com a universalização dos direitos, assegurada pela Constituição Federal de 1988, um determinado contingente pudesse estar recebendo o benefício pela primeira vez no mês de aplicação do questionário da PNAD, o que fez com que o benefício ficasse também abaixo de um salário mínimo. Uma terceira hipótese é que a renda pode ter sido subdeclarada no ato da entrevista. De qualquer forma, a constatação da renda familiar ser no mínimo um salário mínimo entre os aposentados que declararam rendimento de aposentadoria de mesmo valor, a partir de 1996, comprova a eficácia da lei.

Conseqüentemente, a partir desse ano, para todos os grupos de aposentados, a renda familiar passou a ser de pelo menos um salário mínimo. Neste mesmo período, os aposentados de ambos os sexos com rendimento de aposentadoria no valor de um salário mínimo passaram a ser maioria no quarto estrato de renda familiar, em detrimento do terceiro observado em 1992. O resultado do total de aposentados seguiu a mesma tendência.

Quanto aos aposentados com rendimento de aposentadoria maior que um salário mínimo, eles iniciaram a década (1992), assim como os demais grupos de aposentados, concentrados no terceiro estrato de renda. Mas, a partir de 1996, o estrato de maior representatividade passou a ser o último, ou seja, maior ou igual a quatro salários mínimos. Outra constatação importante para este contingente é que, de 1996 para 1999, houve aumento da concentração significativa neste último estrato. O aumento foi de quinze pontos percentuais entre os homens e trinta e um pontos percentuais entre as mulheres.

O grupo dos não aposentados foi o que apresentou menos mudança na distribuição por estrato de renda familiar ao longo da década de 1990. Embora os

homens estivessem, em 1992, concentrados no segundo estrato de renda familiar e as mulheres no terceiro, ambos permaneceram, em sua maioria, no terceiro estrato de renda (maior ou igual a um salário mínimo e menor que dois) em 1996 e em 1999. Observa-se ainda entre eles um aumento na participação no último estrato, apesar de tanto homens quanto mulheres terminarem a década de 1990 declarando ausência de renda monetária na composição da renda familiar (veja o primeiro estrato de renda na tabela 5).

Se o valor absoluto da renda familiar é importante para a comprovação da eficácia da lei, o valor *per capita* sugere uma possibilidade na melhoria da qualidade de vida de cada residência. A análise da renda familiar *per capita* mostra, efetivamente, o efeito da aposentadoria na composição da renda monetária de cada família. Para esta análise, a tabela 6 apresenta a renda familiar *per capita* dos homens com 60 anos ou mais e mulheres com 55 anos ou mais, ambos residentes na zona rural. Nesta tabela, observa-se que a soma das percentagens em cada grupo e para cada ano, assim como na tabela 5, é igual a 100%.

Primeiramente, observa-se que, em 1992, todos os grupos – homens e mulheres, aposentados e não aposentados – se concentravam no segundo estrato de renda *per capita* (isto é, renda monetária inferior a um salário mínimo). Em 1996 e 1999, a importância deste estrato de renda diminuiu e aumentou a concentração de aposentados e aposentadas nos estratos de renda superiores. Esta observação já apresenta fortes indícios de que a previdência social favoreceu a melhora nas condições de vida no campo (pois seus habitantes receberam maior renda *per capita*).

Tabela 6. Distribuição percentual de aposentados e não aposentados com residência na zona rural, por sexo e renda familiar *per capita* – Brasil – anos selecionados

Ano	Renda (em salários mínimos)	Homens			Mulheres			
		Aposentados		Não Aposentados	Aposentadas			Não Aposentadas
		Total	=1 sal. mín.		Total	=1 sal. mín.	>1 sal. mín.	
1992	0	0	0	0	2	0	0	2
	>0 e <1	67	68	62	81	63	63	78
	≥1 e <2	27	26	31	13	32	30	40
	≥2 e <3	3	4	3	1	3	4	2
	≥3 e <4	1	2	1	1	1	2	0
	≥4	2	0	3	2	1	1	2
	Total	100	100	100	100	100	100	100
1996	0	0	0	0	4	0	0	3
	>0 e <1	46	47	27	60	46	45	32
	≥1 e <2	41	42	36	21	42	44	33
	≥2 e <3	8	7	19	6	7	7	10
	≥3 e <4	2	2	4	3	2	2	5
	≥4	3	2	14	6	3	2	20
	Total	100	100	100	100	100	100	100
1999	0	0	0	0	3	0	0	2
	>0 e <1	46	49	15	62	44	45	11
	≥1 e <2	42	43	28	25	45	46	32
	≥2 e <3	7	5	24	4	6	7	14
	≥3 e <4	2	1	9	2	2	1	12
	≥4	3	2	24	4	3	1	31
	Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaborado a partir de IBGE (1992, 1996 e 1999)

Nota: para compor o grupo “total de aposentados” e “não aposentados”, utilizou-se as variáveis V912502 (para 1992) e V9122 (para 1996 e 1999), que analisa se o idoso é ou não aposentado por um instituto de previdência público. Para segregar os aposentados por rendimentos de aposentadoria, utilizou-se as variáveis V0912502 (para 1992) e V1252 (para 1996 e 1999)

Quanto aos não aposentados residentes na zona rural, apesar da maioria ter terminado a década concentrada no mesmo estrato – renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo – sua participação, entre 1992 e 1999, sofreu uma queda de dezoito pontos percentuais entre os homens e dezesseis pontos percentuais entre as mulheres. Essa queda, embora tenha favorecido o estrato de renda subsequente, coloca os não aposentados como o grupo que teve seus níveis de renda familiar *per capita* mais baixos entre todos os grupos analisados na tabela 6.

Para os aposentados com renda de aposentadoria igual a um salário mínimo, observa-se que, apesar do segundo estrato de renda familiar *per capita* ter sido o mais representativo em todos os anos analisados, a queda na participação deste estrato, principalmente entre os anos de 1992 e 1996, foi significativa. Entre os homens, a queda foi de vinte e um pontos percentuais, ou seja, de 68% para 47%. Já as mulheres sofreram quedas de 63% para 45%, de 1992 a 1996. Esta queda se refletiu no aumento da concentração dos aposentados pela previdência rural e dos não aposentados no terceiro estrato de renda familiar *per capita*, aumentando a participação dos homens em dezesseis pontos percentuais, no mesmo período, e em quatorze pontos percentuais entre as mulheres.

Os dados das tabelas 5 e 6 são incontestes em evidenciar aumento de renda para as famílias dos aposentados com residência na zona rural. No entanto, a distribuição desigual das famílias de aposentados por estrato de renda sugere que a equidade não ocorre. Mas o mesmo existe entre os não aposentados. O que se pode dizer mais sobre desigualdade na distribuição de renda entre aposentados residentes na zona rural?

5.2 O índice de Gini

Este item analisa o resultado do cálculo do índice de Gini para a distribuição da renda para os diferentes grupos de idosos. Utilizou-se como variável de referência a renda familiar *per capita* na mensuração do grau de desigualdade da distribuição da renda entre os aposentados e os não aposentados residentes na zona rural. A tabela 7

apresenta estes resultados e a média do rendimento familiar *per capita* em salários mínimos, distinguindo a vinculação ou não de cada idoso ao sistema de aposentadorias através, no caso dos aposentados, do rendimento de aposentadoria. Vale lembrar que também foram considerados os grupos “total de aposentados” e “total de não aposentados”.

Na tabela 7, cinco aspectos devem ser ressaltados. O primeiro deles é que as medidas de desigualdade da distribuição de renda são menores entre os aposentados, quando os mesmos são comparados aos não aposentados. Por exemplo, em 1999 o Gini da distribuição da renda *per capita* familiar dos aposentados foi 0,44061, e dos não aposentados, 0,58072. Isto se mantém, de um modo geral, quando se compara o índice de Gini das rendas familiares *per capita* de aposentados recebendo mais de um salário mínimo e os não aposentados. Em termos de ordenação crescente do índice de Gini, tem-se: aposentados com rendimento de aposentadoria igual a um salário mínimo, total de aposentados, aposentados com rendimento de aposentadoria maior que um salário mínimo e não aposentados. Nesta última análise, apenas dois grupos foram exceção: as mulheres nos anos de 1996 e 1999.

Tabela 7. Índice de Gini e média do rendimento familiar *per capita* dos aposentados e não aposentados com residência na zona rural, por sexo – Brasil – anos selecionados

Sexo	Área	Grupo	1992		1996		1999	
			Gini ¹	Renda Média ²	Gini ¹	Renda Média ²	Gini ¹	Renda Média ²
Homens	Rural	aposentados	0.43468	0.92491	0.45073	1.25473	0.44061	1.24983
		aposent. =1 sal. mín.	0.37870	0.96537	0.40891	1.12112	0.37349	1.05950
		aposent. >1 sal. mín.	0.46884	0.97351	0.53133	2.63483	0.52349	3.45754
		não aposentados	0.58822	0.67967	0.67370	1.45550	0.58072	1.16816
		Total Rural	0.48766	0.84704	0.51194	1.29973	0.47143	1.23308
		Urbana ³	0.57522	1.97881	0.61814	3.21838	0.62251	3.18303
		Brasil ³	0.58072	1.69475	0.62199	2.76833	0.62163	2.72907
Mulheres		aposentadas	0.37735	0.91966	0.45218	1.28689	0.40037	1.24281
		aposent. =1 sal. mín.	0.33131	1.01579	0.38885	1.13858	0.34434	1.11156
		aposent. >1 sal. mín.	0.38178	0.92199	0.69196	4.45084	0.55973	4.82614
		não aposentadas	0.50504	0.73213	0.55301	1.09261	0.55745	1.23714
		Total Rural	0.45815	0.80688	0.49105	1.21519	0.46062	1.24083
		Urbana ³	0.55274	1.87754	0.60654	3.12494	0.59622	2.92022
		Brasil ³	0.55803	1.66615	0.61163	2.78429	0.59694	2.62727

Fonte: elaborado a partir de IBGE (1992, 1996 e 1999)

¹ Resultado do cálculo do índice de Gini

² Média da renda familiar *per capita* em salários mínimos

³ Não foi considerada a região Norte

O segundo aspecto a ser ressaltado é que a desigualdade da distribuição da renda tendeu a aumentar de 1992 a 1996, e retrocedeu de 1996 a 1999. Esta tendência é válida tanto para os aposentados como para os não aposentados. Somente as mulheres não aposentadas foram exceção.

O terceiro aspecto que se nota na tabela 7 é que a renda média *per capita* familiar de todos os homens e mulheres aposentados é sistematicamente maior que a dos não aposentados. Observou-se duas exceções para esta tendência: entre os homens no ano de 1996, e entre as mulheres no ano de 1999.

O quarto aspecto é que a renda média familiar *per capita* do “total de aposentados” e dos aposentados com rendimento de aposentadoria igual a um salário mínimo de ambos os sexos aumentou entre 1992 e 1996, porém esta mesma renda diminuiu entre 1996 e 1999. Mas, comparando-se as rendas de 1999 e 1992, percebe-se que a de 1999 continuou sendo a mais alta. Os aposentados com rendimento de aposentadoria maior que um salário mínimo tiveram incrementos progressivos na renda média familiar *per capita*, tanto de 1992 para 1996, quanto de 1996 para 1999. Entre os homens não aposentados houve um incremento na renda média de 1992 para 1996, mas uma queda de 1996 para 1999. Já entre as mulheres, houve incremento nas duas passagens.

Finalmente, comparando-se os índices de Gini entre famílias urbanas e rurais, observa-se que as do meio rural apresentaram menor desigualdade e níveis mais baixos de renda familiar *per capita*.

Os resultados do presente capítulo indicam que a previdência social foi eficaz no pagamento de aposentadorias no meio rural. Não há dúvida que este sistema permitiu melhorar a renda familiar no campo reduzindo a pobreza, mas não implicou deterioração da distribuição de renda em relação ao grupo dos não aposentados. No próximo capítulo avalia-se como esta melhoria da renda dos aposentados no meio rural implicou ou não em melhoria nas suas condições de moradia. A idéia é avaliar se as aposentadorias foram apenas suficientes para alimentação e vestuário ou se implicaram em aquisição de outros bens e serviços.

6 ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE MORADIA DOS APOSENTADOS E NÃO APOSENTADOS RESIDENTES NA ZONA RURAL

Este capítulo analisa as características dos domicílios e o consumo dos aposentados e dos não aposentados com residência na zona rural ao longo da década de 1990. Os aposentados estão diferenciados por renda de aposentadoria, a saber, igual a um salário mínimo e maior que um salário mínimo. As variáveis escolhidas estão subdivididas entre características físicas dos domicílios⁵⁴, serviços prestados aos residentes dos mesmos domicílios⁵⁵, e bens-de-consumo duráveis⁵⁶.

A tabela 8 apresenta as características físicas dos domicílios dos aposentados e não aposentados com residência na zona rural. Nesta tabela, observa-se que a soma das percentagens de cada característica em cada grupo e para cada ano é igual a 100%. Nota-se que a grande maioria possuía, no período analisado, paredes externas e cobertura feitos com materiais duráveis⁵⁷. Entre os homens, poucas mudanças foram observadas durante a década de 1990, exceto nos domicílios cujos aposentados recebiam mais de um salário mínimo de renda de aposentadoria. Já entre as mulheres, observou-se que o aumento na utilização de materiais duráveis de 1992 a 1999 foi bastante significativo, tanto entre as aposentadas quanto entre as não aposentadas. Dos três grupos analisados na tabela 8, o que mais se destacou foi o de mulheres com renda de aposentadoria maior que um salário mínimo, com crescimento de vinte e dois pontos na percentagem de suas

⁵⁴ Estão sendo consideradas como características físicas do domicílio o material utilizado nas paredes externas e o material utilizado na cobertura.

⁵⁵ Os serviços analisados são: forma de iluminação, telefonia fixa e tipo de combustível utilizado no fogão.

⁵⁶ O conjunto de bens-de-consumo duráveis abrange os seguintes eletroeletrônicos: televisão em cores, geladeira, freezer e máquina de lavar.

⁵⁷ As PNADs consideram como material durável utilizado na construção das paredes externas a alvenaria e a madeira aparelhada. Os demais materiais – taipa não revestida, madeira aproveitada e palha – são não duráveis, inclusive a opção "outro material".

residências com paredes cobertas com material durável de 1992 a 1999 (passando de 76% para 98%). As não aposentadas ficaram em segundo lugar neste quesito, com uma melhora de oito pontos percentuais no mesmo período. As aposentadas com renda de aposentadoria igual a um salário mínimo tiveram uma melhora de seis pontos percentuais.

Tabela 8. Características físicas dos domicílios dos aposentados e não aposentados com residência na zona rural, por sexo – Brasil – anos selecionados

Ano	Grupo	Renda de Aposentadoria	Características Físicas do Domicílio			
			Material das Paredes		Material da Cobertura	
			Durável	Não Durável	Durável	Não Durável
1992	Homens	=1 sal. mín.	91	9	95	5
		>1 sal. mín.	78	22	91	9
		não aposent.	83	17	91	9
	Mulheres	=1 sal. mín.	89	11	94	6
		>1 sal. mín.	76	24	89	11
		não aposent.	85	15	92	8
1996	Homens	=1 sal. mín.	91	9	95	5
		>1 sal. mín.	96	4	97	3
		não aposent.	89	11	94	6
	Mulheres	=1 sal. mín.	94	6	95	5
		>1 sal. mín.	97	3	97	3
		não aposent.	92	8	95	5
1999	Homens	=1 sal. mín.	92	8	95	5
		>1 sal. mín.	99	1	99	2
		não aposent.	87	13	93	7
	Mulheres	=1 sal. mín.	95	5	96	4
		>1 sal. mín.	98	2	98	2
		não aposent.	93	7	95	5

Fonte: elaborado a partir de IBGE (1992, 1996 e 1999)

Quanto ao material utilizado na cobertura das residências, todos os grupos apresentaram aumento no uso de materiais duráveis⁵⁸ em seus domicílios, exceto nos domicílios com aposentados recebendo um salário mínimo de renda de aposentadoria, grupo este que permaneceu com a mesma participação ao longo da década. Embora os não aposentados tenham se destacado mais que os aposentados com um salário mínimo de rendimento de aposentadoria, sob este aspecto, os aposentados com rendimento superior a um salário mínimo foram os que mais apresentaram melhoras. O aumento foi de oito pontos percentuais entre os homens (de 91% para 99%) e nove pontos percentuais entre as mulheres (de 89% para 98%) no total de residências cobertas com materiais duráveis entre 1992 e 1999.

Em síntese, através da tabela 8, é possível observar que todos os domicílios com idosos localizados na zona rural apresentaram aumento na utilização de materiais duráveis, seja na construção das paredes, seja na construção de coberturas. Porém, os domicílios que possuíam como residente pelo menos um aposentado com rendimento de aposentadoria superior a um salário mínimo, sempre se posicionaram melhor nesta melhora do que os domicílios sem a presença de aposentado. Sem nenhuma dúvida, eles tiveram renda excedente às necessidades de alimentação e vestuário e aplicaram parte de seus rendimentos de aposentadoria na melhoria de suas moradias.

Quanto aos serviços prestados (tabela 9), houve aumento na utilização dos mesmos entre os residentes da zona rural como um todo. Dos três serviços analisados – iluminação, telefonia fixa e combustível para fogão –, dois passaram a fazer parte do dia-a-dia deste contingente. O primeiro deles é o serviço de iluminação. Em 1992, a energia elétrica estava presente em, no máximo, 60% dos domicílios com idosos residentes. A partir de 1996, os aposentados passaram a utilizar a energia elétrica⁵⁹ como principal forma de iluminação em detrimento do óleo, querosene ou gás de botijão. Em 1999, a representatividade da energia elétrica nos grupos selecionados variou de 76% a 97%.

⁵⁸ Para a cobertura dos domicílios, os materiais considerados duráveis são: a telha, a laje de concreto e a madeira aparelhada; e os não duráveis são: o zinco, a madeira aproveitada, a palha e o que as PNADs classificam como “outros materiais”.

⁵⁹ De acordo com a metodologia das PNADs, a energia elétrica inclui a iluminação de rede, a de gerador e a solar.

O segundo serviço amplamente reestruturado ao longo da década de 1990 foi o de combustível para fogão⁶⁰. De 1992 a 1999 o crescimento no consumo de gás de botijão com este fim variou em vinte e três pontos percentuais, entre as mulheres aposentadas com rendimento de aposentadoria igual a um salário mínimo, a cinquenta e seis pontos percentuais, entre as mulheres aposentadas com rendimento de aposentadoria maior que um salário mínimo.

O serviço de telefonia fixa, embora pouco representativo na zona rural, também apresentou, em termos absolutos, crescimento significativo de 1992 a 1999. Mais uma vez os aposentados com rendimento de aposentadoria maior que um salário mínimo foram os que mais utilizaram tal serviço já a partir de 1996. A baixa utilização de telefonia fixa, tanto entre os homens quanto entre as mulheres, sugere uma baixa relação entre aquisição da linha e aumento da renda. Uma das justificativas pode ser o não oferecimento do serviço em algumas zonas rurais brasileiras.

⁶⁰ Além do gás de botijão, as PNADs consideram, como combustível para fogão, o gás canalizado, a lenha, o carvão, a energia elétrica e “outro combustível”.

Tabela 9. Utilização de serviços nos domicílios dos aposentados e não aposentados com residência na zona rural, por sexo –
Brasil – anos selecionados

Ano	Grupo	Renda de Aposentadoria	Serviços Utilizados					
			Forma de Iluminação		Telefonia Fixa		Combustível para Fogão	
			Elétrica	Outras	Presença	Ausência	Gás de Botijão	Outros
1992	Homens	=1 sal. mín.	60	40	2	98	42	58
		>1 sal. mín.	41	59	2	98	38	62
		não aposentados	50	50	2	98	40	60
	Mulheres	=1 sal. mín.	58	42	3	97	45	55
		>1 sal. mín.	34	66	1	99	36	64
		não aposentadas	54	46	2	98	42	58
1996	Homens	=1 sal. mín.	73	27	10	90	69	31
		>1 sal. mín.	83	17	18	82	84	16
		não aposentados	71	29	13	87	72	28
	Mulheres	=1 sal. mín.	77	23	10	90	71	29
		>1 sal. mín.	83	17	20	79	81	19
		não aposentadas	82	18	14	86	79	21
1999	Homens	=1 sal. mín.	79	21	15	85	66	34
		>1 sal. mín.	97	3	44	56	91	9
		não aposentados	76	24	17	83	64	36
	Mulheres	=1 sal. mín.	84	17	21	79	68	32
		>1 sal. mín.	96	4	45	55	92	8
		não aposentadas	86	14	23	77	74	26

Fonte: elaborado a partir de IBGE (1992, 1996 e 1999)

A tabela 10 apresenta a utilização de bens-de-consumo duráveis nos domicílios dos aposentados e não aposentados com residência na zona rural. Selecionou-se como bens-de-consumo a TV em cores, a geladeira (de uma e duas portas), o freezer e a máquina de lavar por serem os mais representativos nos domicílios dos contingentes analisados.

Tabela 10. Utilização de bens-de-consumo duráveis nos domicílios dos aposentados e não aposentados com residência na zona rural, por sexo – Brasil – anos selecionados

Ano	Grupo	Renda de Aposentadoria	Principais Bens-De-Consumo			
			TV em Cores	Geladeira ¹	Freezer	Máq. de Lavar
1992	Homens	=1 sal. mín.	15	44	15	10
		>1 sal. mín.	8	21	6	5
		não aposent.	11	32	7	6
	Mulheres	=1 sal. mín.	15	38	16	11
		>1 sal. mín.	7	13	3	3
		não aposent.	14	37	10	8
1996	Homens	=1 sal. mín.	41	56	16	15
		>1 sal. mín.	62	72	24	26
		não aposent.	44	53	17	17
	Mulheres	=1 sal. mín.	44	60	21	19
		>1 sal. mín.	62	66	25	31
		não aposent.	53	65	18	22
1999	Homens	=1 sal. mín.	55	62	17	15
		>1 sal. mín.	85	89	36	43
		não aposent.	54	58	16	16
	Mulheres	=1 sal. mín.	61	69	25	20
		>1 sal. mín.	87	91	38	46
		não aposent.	65	72	21	22

Fonte: elaborado a partir de IBGE (1992, 1996 e 1999)

¹ Percentagem referente apenas às geladeiras de uma e duas portas

Através da tabela 10 é possível observar que, dos quatro bens-de-consumo destacados, a TV em cores foi a que mais aumentou a frequência de sua presença ao longo da década de 1990. Este aumento variou de quarenta pontos percentuais (domicílios com homens aposentados com rendimento de aposentadoria igual a um salário mínimo) a oitenta pontos percentuais (domicílios com mulheres aposentadas com rendimento de aposentadoria maior que um salário mínimo). A aquisição de geladeira de uma ou duas portas ficou em segundo lugar em aumento da frequência em residências de idosos morando na zona rural, seguida da máquina de lavar e do freezer. Comparando-se os domicílios por sexo, observa-se que, em 1999, aqueles que possuíam como residentes mulheres com 55 anos ou mais, aposentadas ou não, tiveram maior participação na utilização dos bens-de-consumo duráveis selecionados do que as residências dos homens. Mas é importante destacar que a compra de novos bens-de-consumo, como é o caso de todos os citados na tabela 10, dependem não só do incremento de renda, mas também da forma de geração de energia do domicílio.

De um modo geral, todos os domicílios com idosos sofreram alguma melhoria ao longo da década de 1990, porém, é importante destacar que nos domicílios com aposentados com rendimento de aposentadoria maior que um salário mínimo, tanto homens quanto mulheres, as melhorias foram ainda maiores. Também constata-se que as residências dos aposentados (com rendimento de aposentadoria igual ou maior que um salário mínimo) são, de modo geral, melhor dotadas do que as residências dos idosos não aposentados. Estes resultados sugerem que algumas das formas de utilização dos recursos monetários auferidos através do sistema de aposentadorias foram representadas pela aquisição de novos bens-de-consumo duráveis, pela construção ou reforma das estruturas físicas do domicílio, ou ainda, pela utilização de serviços, como o de energia elétrica e telefonia fixa.

7 DISTRIBUIÇÃO DAS APOSENTADORIAS PAGAS NO MEIO RURAL SEGUNDO A COR (OU RAÇA) E A ESCOLARIDADE DOS BENEFICIADOS

Este capítulo faz uma análise tabular e econométrica do perfil dos aposentados e dos não aposentados residentes na zona rural, em termos de cor (ou raça) e nível de escolaridade, ao longo da década de 1990. Procura-se diagnosticar a possibilidade de existir favorecimento na concessão destas aposentadorias segundo a cor (ou raça) dos beneficiados (item 7.1) e/ou o grau de escolaridade dos mesmos (item 7.2). Em seguida, mede-se o impacto destas variáveis e do sexo sobre a condição do idoso estar ou não aposentado, utilizando o modelo Próbite (item 7.3).

7.1 Análise da cor (ou raça) dos aposentados com residência na zona rural

As tabelas de classificação dos grupos selecionados segundo sua cor (ou raça) obedecem inicialmente a classificação adotada pelas PNADs, a saber: branca, preta, amarela, parda e indígena, sendo que a parda inclui as pessoas que se declararam mulatas, caboclas, cafuzas, mamelucas ou mestiças de preto com outra cor (ou raça). Após a identificação dos principais grupos serão consideradas como negras as pessoas que se declararam de cor preta ou parda.

A tabela 11 apresenta os aposentados residentes na zona rural com rendimento de aposentadoria igual a um salário mínimo e maior que um salário mínimo, ao longo da

década de 1990, por sexo e cor. Nesta tabela, observa-se que a soma das percentagens em cada grupo e para cada ano é igual a 100%. Assim, é possível verificar quais são os grupos mais representativos entre os aposentados durante a década. Por exemplo, em 1992, 53% dos homens aposentados com residência na zona rural e rendimento de aposentadoria igual a um salário mínimo eram brancos, 9% pretos e 37% pardos. Para o ano de 1996 houve uma queda de oito pontos percentuais na participação de brancos e um aumento de mesma magnitude entre os pardos. Esta distribuição teve valores semelhantes em 1999.

Tabela 11. Distribuição percentual de aposentados com residência na zona rural, por sexo e cor (ou raça) – Brasil – anos selecionados

Ano	Cor	Renda de Aposentadoria			
		Homens		Mulheres	
		=1 sal. min.	>1 sal. min.	=1 sal. min.	>1 sal. min.
1992	indígena	0	0	0	0
	branca	53	33	50	34
	preta	9	8	11	10
	amarela	1	0	1	0
	parda	37	59	38	56
	Total	100	100	100	100
1996	indígena	0	0	0	0
	branca	45	58	48	45
	preta	9	7	8	14
	amarela	1	1	0	0
	parda	45	34	44	41
	Total	100	100	100	100
1999	indígena	0	0	0	0
	branca	46	73	47	73
	preta	8	3	7	1
	amarela	0	2	0	0
	parda	46	22	46	26
	Total	100	100	100	100

Fonte: elaborado a partir de IBGE (1992, 1996 e 1999)

Entre os aposentados de ambos os sexos, com rendimento de aposentadoria igual a um salário mínimo, os brancos eram maioria em 1992, seguidos dos pardos e dos pretos. A partir de 1996, as percentagens dos dois primeiros grupos se aproximaram (45% entre os homens e 48% e 44% entre as mulheres). Tendência semelhante é observada no ano de 1999. Este resultado sugere que a distinção na concessão das aposentadorias pelo viés da cor (ou raça) entre os beneficiados com rendimento de aposentadoria igual a um salário mínimo diminuiu significativamente na década de 1990.

Para os aposentados com rendimento de aposentadoria maior que um salário mínimo, observa-se que, em 1992, os pardos eram predominantes, tanto entre os homens quanto entre as mulheres. Em 1996 os brancos passam a ser maioria, com 58% de representatividade entre os homens e 45% entre as mulheres. Em 1999 a participação dos brancos em ambos os grupos aumentou ainda mais, alcançando, nos dois casos, 73%.

Desse modo, se entre os aposentados que receberam um salário mínimo de rendimento de aposentadoria o benefício teve uma melhor distribuição ao longo da década de 1990, entre aqueles que receberam mais de um salário mínimo a tendência foi oposta.

Para completar a análise, considerou-se o total de pessoas idosas em cada grupo de cor (ou raça), dividindo-os em aposentados e não aposentados. Apenas brancos e negros (que são os pretos e os pardos) foram considerados (tabela 12).

Nas percentagens da tabela 12, para os homens aposentados com rendimento de aposentadoria igual a um salário mínimo com residência na zona rural, observa-se que, em 1992, os brancos tinham maior participação que os negros. Em 1996, ambos os grupos aumentaram a sua participação – vinte e nove pontos percentuais entre os brancos e quarenta e seis pontos percentuais entre os negros –, diminuindo a diferença observada em 1992. As percentagens permaneceram próximas em 1999. Observa-se ainda que, a partir de 1996, as aposentadorias no valor de um salário mínimo passaram a ser predominantes no campo (ver tabela 1 no capítulo 3).

Tabela 12. Distribuição percentual de homens aposentados e não aposentados com residência na zona rural, por cor (ou raça) – Brasil – anos selecionados

Ano	Cor	Renda de Aposentadoria		Não Aposentados	Total
		=1 sal. min.	>1 sal. min.		
1992	branca	41	29	30	100
	negra	25	41	34	100
1996	branca	70	9	21	100
	negra	71	5	24	100
1999	branca	72	10	18	100
	negra	75	3	22	100

Fonte: elaborado a partir de IBGE (1992, 1996 e 1999)

Os homens aposentados com rendimento de aposentadoria maior que um salário mínimo iniciaram a década com maior participação entre os negros (41%) do que entre os brancos (29%). Apesar dos aposentados com mais de um salário mínimo terem sofrido redução na participação entre os aposentados de 1992 para 1996, a queda de participação entre os negros de aposentados com mais de um salário mínimo de rendimento de aposentadoria foi mais acentuada, deixando de ser, inclusive, o mais representativo no grupo. Em 1999, observa-se que entre os brancos aposentados há maior proporção dos que recebem mais de um salário mínimo de rendimento de aposentadoria (10%) do que entre os negros aposentados (3%).

Quanto à importância dos homens não aposentados entre os idosos, embora sua tendência tenha sido de queda na década de 1990, entre os negros os não aposentados sempre foram mais representativos. Em 1992, 30% dos brancos idosos não eram aposentados e, 34% dos negros idosos não eram aposentados. Em 1999, estas percentagens foram 18% e 22%, respectivamente. Este resultado é um indicativo de que pode existir favorecimento de um determinado grupo em função de sua cor (ou raça) na concessão de aposentadorias pagas no meio rural.

A tabela 13 utilizou a mesma metodologia que a tabela anterior para apresentar a análise da classificação das mulheres idosas com residência na zona rural por cor (ou

raça). Para as mulheres, o primeiro ponto a ser destacado é que, no início da década de 1990, a maior parte delas não era incluída como beneficiária da aposentadoria por idade, o que explica a baixa participação das aposentadas entre as mulheres idosas em 1992. A partir de 1996, as aposentadas com rendimento de aposentadoria igual a um salário mínimo passaram a ser maioria, tanto entre as idosas brancas quanto entre as idosas pardas. No ano de 1999, as aposentadas com este mesmo rendimento atingiram seus níveis de participação mais elevados (63% entre as idosas brancas e 64% entre as idosas negras).

Analisando as aposentadas com rendimento de aposentadoria maior que um salário mínimo, por cor (ou raça), constata-se que estas aposentadas eram mais representativas entre as negras do que entre as brancas em 1992. O inverso ocorre em 1999.

As não aposentadas, por motivos já mencionados neste capítulo, foram as mais representativas em 1992, com maior importância entre as brancas (62%) do que entre as negras (59%). A partir de 1996, ambas tiveram queda, sendo que, em 1999, a importância das não aposentadas entre as idosas brancas (34%) e entre as idosas negras (35%) foram próximas.

Tabela 13. Distribuição percentual de mulheres aposentadas e não aposentadas com residência na zona rural, por cor (ou raça) – Brasil – anos selecionados

Ano	Cor	Renda de Aposentadoria		Não Aposentadas	Total
		=1 sal. min.	>1 sal. min.		
1992	branca	21	17	62	100
	negra	16	25	59	100
1996	branca	62	3	35	100
	negra	59	3	38	100
1999	branca	63	3	34	100
	negra	64	1	35	100

Fonte: elaborado a partir de IBGE (1992, 1996 e 1999)

Comparando-se os idosos residentes na zona rural (tabela 12) e as idosas com mesma residência (tabela 13), observa-se que, em 1992, boa parte dos homens aposentados de cor branca tinham rendimento de aposentadoria igual a um salário mínimo, e a maioria dos negros recebiam rendimento de aposentadoria maior que um salário mínimo. Já as mulheres se concentraram entre as não aposentadas. De um modo geral, embora a esperança de sobrevida⁶¹ das mulheres seja superior à dos homens, as mulheres têm mais dificuldade de entrar no mercado de trabalho e completar os anos de trabalho necessários para o requerimento de benefícios previdenciários, principalmente por ser mãe e/ou por ter dupla jornada de trabalho.

Outro aspecto observado entre idosos e idosas é que, em ambos os casos e para as duas classificações de cor (ou raça), houve aumento na participação de aposentados com rendimento de aposentadoria igual a um salário mínimo, em detrimento dos aposentados com rendimento de aposentadoria maior que um salário mínimo e dos não aposentados. Estas mudanças ocorreram, principalmente, de 1992 para 1996.

Apesar dos não aposentados terem sofrido queda de participação entre os idosos de cada cor (ou raça) ao longo da década de 1990, ainda é significativo seu percentual entre idosos que poderiam obter os benefícios da previdência social. Comparando-os por sexo, observa-se que as idosas não aposentadas em 1999 continuaram com percentagens altas – 34% entre as brancas e 35% entre as negras. As participações dos não aposentados entre os homens idosos foram menores: 18% entre os brancos e 22% entre os negros.

7.2 Análise da escolaridade dos aposentados com residência na zona rural

A análise do grau de escolaridade foi feita entre os idosos aposentados e os não aposentados com residência na zona rural, segundo a seguinte classificação adotada no

⁶¹ Esperança de sobrevida é a esperança de vida de um determinado indivíduo ao completar 60 anos de idade.

Brasil: sem instrução ou com menos de um ano de estudo; de um a quatro anos, que corresponde à primeira metade do ensino fundamental; de cinco a oito anos, que corresponde à segunda metade do ensino fundamental; e maior que oito anos de estudo⁶². A tabela 14 apresenta a distribuição percentual de homens e mulheres aposentados e não aposentados com residência na zona rural, por sexo, nível de escolaridade e rendimento de aposentadoria. Calculou-se as percentagens de aposentados e não aposentados considerando o somatório dos diferentes níveis de escolaridade para cada ano igual a 100%.

De acordo com a tabela 14, é possível observar que, ao longo da década de 1990, houve melhora no número de anos de estudo completos tanto entre os aposentados quanto entre os não aposentados, embora a grande maioria deles tenha sido classificada nos dois primeiros níveis de escolaridade. Para as mulheres aposentadas sem instrução ou com menos de um ano de estudo e com rendimento de aposentadoria maior que um salário mínimo, a queda na participação das pouco letradas entre 1992 e 1999 foi de setenta e cinco pontos percentuais. Para as aposentadas com mesmo nível de escolaridade e com rendimento igual a um salário mínimo, a queda foi de dezesseis pontos percentuais. As mulheres não aposentadas e com menos de um ano de instrução também mostraram a mesma tendência, saindo de 80% em 1992 para 58% em 1999. É importante observar que, nos três casos, a queda no primeiro nível de escolaridade veio acompanhada de aumento da participação das mulheres no segundo nível de instrução. As aposentadas com rendimento maior que um salário mínimo também tiveram crescimento nos dois últimos níveis de escolaridade.

Entre os homens, observa-se a mesma tendência. Tanto os aposentados quanto os não aposentados apresentaram melhora no nível de escolaridade, com redução da importância dos idosos sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

Observa-se que os aposentados e aposentadas com rendimento de aposentadoria maior que um salário mínimo foram mais instruídos do que os aposentados que receberam um salário mínimo de rendimento de aposentadoria. Observa-se também que os analfabetos (com menos de um ano de estudo) foram sempre mais representativos

⁶² Na análise da escolaridade estão sendo considerados apenas os anos de estudo completos.

entre os aposentados e aposentadas que receberam um salário mínimo de rendimento de aposentadoria do que entre os aposentados e aposentadas que receberam de mesmo rendimento maior que um salário mínimo. Isto é um indicativo de que o aumento do número de anos de escolaridade deve levar o idoso(a) a adquirir aposentadoria de maior valor.

Tabela 14. Distribuição percentual de aposentados e não aposentados com residência na zona rural, por sexo e nível de escolaridade – Brasil – anos selecionados

		Homens		Mulheres			
Ano	Nível de Escolaridade (em Anos de Estudo)	Renda de Aposentadoria		Não Aposentados	Renda de Aposentadoria		Não Aposentadas
		=1 sal. min.	>1 sal. min.		=1 sal. min.	>1 sal. min.	
1992	s/ instrução ou < 1 ano	78	86	79	81	93	80
	1 a 4 anos	18	12	19	17	6	18
	5 a 8 anos	4	1	2	2	0	2
	> 8 anos	0	1	0	0	1	0
	Total	100	100	100	100	100	100
1996	s/ instrução ou < 1 ano	80	58	75	79	70	76
	1 a 4 anos	19	29	21	19	12	21
	5 a 8 anos	1	10	3	2	6	2
	> 8 anos	0	3	1	0	12	1
	Total	100	100	100	100	100	100
1999	s/ instrução ou < 1 ano	66	20	57	65	18	58
	1 a 4 anos	31	55	36	31	35	35
	5 a 8 anos	3	15	5	4	14	5
	> 8 anos	0	10	2	0	33	2
	Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaborado a partir de IBGE (1992, 1996 e 1999)

Verificando-se a distribuição da escolaridade por cor (ou raça), obtém-se a tabela 15. Ao fazer esta combinação, considerou-se apenas os dois grupos mais representativos entre os homens e mulheres aposentados com residência na zona rural, a saber: os brancos e os negros. Observa-se que a maioria dos aposentados negros de ambos os sexos permaneceu sem instrução ao longo da década de 1990. Entre os brancos também foi grande a participação daqueles sem instrução ou com menos de um ano de estudo, porém, se comparados aos negros, as percentagens foram bem inferiores. Em 1999, entre os homens brancos aposentados, 53% tinham menos de um ano de escolaridade e, entre os negros aposentados, os analfabetos eram 78%.

Outro indicador do maior nível de instrução dos aposentados brancos em relação aos aposentados negros é a análise da concentração no segundo e no terceiro nível de educação colocada na tabela 15. A percentagem é sempre maior entre os brancos, para todos os anos e ambos os sexos, do que entre os negros. Em 1999, 42% dos idosos brancos aposentados tinham de 1 a 4 anos de estudo completos e, entre os idosos negros aposentados, apenas 21% tinham este nível de escolaridade.

Entre os homens e mulheres aposentados com rendimento de aposentadoria maior que um salário mínimo, a melhora no nível educacional tanto entre brancos quanto entre negros foi ainda mais expressiva. As mulheres brancas sem instrução ou com menos de um ano de estudo, por exemplo, iniciaram a década com 80% de participação entre as aposentadas recebendo mais de um salário mínimo de rendimento de aposentadoria. Este mesmo grupo chegou em 1999 com apenas 14%. As mulheres negras com mesmo nível de escolaridade participaram com 91% em 1992, enquanto que, em 1999, elas representaram apenas 28%. Mas, mesmo assim, as aposentadas e os aposentados brancos são mais instruídos que os negros entre os que receberam mais de um salário mínimo de rendimento de aposentadoria.

Tabela 15. Distribuição percentual de aposentados com residência na zona rural, por sexo, cor (ou raça) e escolaridade – Brasil – anos selecionados

Cor	Renda de Aposentadoria	Escolaridade (em Anos de Estudo)	1992		1996		1999	
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Branca	=1 sal. min.	s/ instrução ou <1	52	55	53	53	53	51
		de 1 a 4	43	40	44	42	42	41
		de 5 a 8	5	5	3	5	5	8
		> 8	0	0	0	0	0	0
		Total	100	100	100	100	100	100
	>1 sal. min	s/ instrução ou <1	61	80	29	29	16	14
		de 1 a 4	32	14	48	30	57	40
		de 5 a 8	4	2	16	10	17	12
		> 8	3	4	7	31	10	34
		Total	100	100	100	100	100	100
Negra	=1 sal. min.	s/ instrução ou <1	81	84	79	78	78	77
		de 1 a 4	17	14	20	20	21	21
		de 5 a 8	2	1	1	2	1	2
		> 8	0	1	0	0	0	0
		Total	100	100	100	100	100	100
	>1 sal. min	s/ instrução ou <1	85	91	62	82	32	28
		de 1 a 4	14	9	31	3	49	22
		de 5 a 8	1	0	6	10	8	19
		> 8	0	0	1	5	11	31
		Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaborado a partir de IBGE (1992, 1996 e 1999)

Assim, através da classificação por cor (ou raça) nos diferentes níveis de educação é possível observar que os aposentados negros permaneceram com níveis de escolaridade inferiores, se comparados aos aposentados brancos. Este resultado sugere que, no Brasil, em média, os brancos têm maior acesso ao sistema educacional. E, como o maior grau de instrução facilita a requisição de qualquer benefício previdenciário, esta pode ser uma das razões para a maior participação dos brancos no sistema de aposentadorias. Porém, ainda não é possível mensurar o quanto a escolaridade e a cor (ou raça) podem influenciar no fato do indivíduo receber estes benefícios.

7.3 Análise econométrica

Para medir o impacto da escolaridade, da cor (ou raça) e do sexo na condição do idoso estar ou não aposentado, foi utilizado o modelo Próbite em que a variável dependente é igual a um (1) se o idoso é aposentado e igual a zero (0) se ele não é aposentado. Foram estabelecidas duas equações distintas segundo o valor da aposentadoria dos idosos e estimadas em cada ano de análise. A primeira equação considerou com valor um (1) os aposentados com rendimento de aposentadoria igual a um salário mínimo. Na segunda, apenas os aposentados com rendimento maior que um salário mínimo foram considerados. Entre os idosos(as), selecionou-se os homens com 60 anos ou mais e as mulheres com 55 anos ou mais, ambos com residência na zona rural. Todas as regressões foram ponderadas pelo fator de expansão da amostra das PNADs e foram estimadas usando o STATA.

A tabela 16 apresenta os resultados obtidos para as equações estimadas. A coluna (1) considera o primeiro grupo descrito no parágrafo anterior. Da mesma forma, a coluna (2) o segundo. Para a variável escolaridade foram considerados apenas os anos de estudo completos. Já a binária referente à cor (ou raça) analisa os brancos (igual a um) e os negros (igual a zero), considerando como negros os idosos pretos e pardos. Na binária sexo, considerou-se um para os homens e zero para as mulheres.

Tabela 16. Coeficientes das variáveis do modelo Próbite para idosos aposentados com 60 anos de idade ou mais, se homens, e 55 anos de idade ou mais, se mulheres, com residência na zona rural – Brasil – anos selecionados

Ano	Variável	Renda de Aposentadoria	
		= 1 sal. mín. (1)	> 1 sal. mín. (2)
1992	Escolaridade	- 0,0168 (0,0128)***	- 0,0655 (0,0157)*
	Cor (branca)	0,2590 (0,0443)*	- 0,1938 (0,0441)*
	Sexo (masc.)	0,7406 (0,0429)*	0,7323 (0,0426)*
	Constante	- 0,8733 (0,0369)*	- 0,5658 (0,0337)*
1996	Escolaridade	- 0,0496 (0,0099)*	0,0977 (0,0133)*
	Cor (branca)	0,1272 (0,0376)*	0,1450 (0,0771)**
	Sexo (masc.)	0,3744 (0,0372)*	0,7427 (0,0754)*
	Constante	0,2974 (0,0302)*	- 1,6681 (0,0756)*
1999	Escolaridade	- 0,0684 (0,0091)*	0,1502 (0,0137)*
	Cor (branca)	0,1100 (0,0363)*	0,3906 (0,0864)*
	Sexo (masc.)	0,4048 (0,0357)*	0,8652 (0,0852)*
	Constante	0,4142 (0,0282)*	- 2,1698 (0,0939)*

Fonte: elaborado a partir de IBGE (1992, 1996 e 1999)

Nota: os desvios-padrão encontram-se entre parênteses

* Denota significância ao nível de 1%

** Denota significância ao nível de 10%

*** Não significativo

A primeira variável de interesse, escolaridade, apresentou-se estatisticamente significativa a 1%, sendo exceção apenas o grupo (1) em 1992. Para o grupo (1) – aposentados com rendimento de aposentadoria igual a um salário mínimo –, observa-se que o sinal correto para a escolaridade deve ser negativo, porque quanto maior o número de anos de estudo, maior a probabilidade do idoso residente na zona rural obter aposentadoria maior que um salário mínimo e menor a sua probabilidade de obter aposentadoria igual a um salário mínimo. No grupo (2) – aposentados com rendimento de aposentadoria maior que um salário mínimo – o resultado correto para o sinal da

escolaridade é positivo. Os sinais da variável escolaridade foram os esperados em todas as regressões, exceto para o grupo (2) em 1992.

A segunda variável de interesse, cor (ou raça) do idoso, apresentou-se estatisticamente significativa a 1% em todos os anos selecionados. Neste caso, observa-se que em todos os grupos houve um favorecimento dos brancos em relação aos negros. Isso significa que o fato do idoso residente na zona rural ser branco aumenta a probabilidade dele se aposentar, independente do valor da aposentadoria.

Quanto à variável sexo, observa-se que o fato do idoso ser homem também o favorece na concessão de aposentadorias. Esta tendência é mais perceptível entre os aposentados com rendimento de aposentadoria maior que um salário mínimo.

A análise dos efeitos marginais (Tabela 17) indica que a variável que mais acresce a probabilidade de um indivíduo estar aposentado no meio rural é o sexo, seguido da cor e dos anos de escolaridade. No entanto, os efeitos marginais são decrescentes ao longo da década de 1990. Em 1999, por exemplo, o fato do indivíduo ser homem aumentava em 13,54 pontos percentuais a sua probabilidade de estar aposentado com um salário mínimo de rendimento de aposentadoria em relação à probabilidade da mulher. Sendo branco, sua probabilidade de estar aposentado era 3,75 pontos percentuais acima da probabilidade do negro. E a cada ano de escolaridade, reduzia-se em 2,34% a sua probabilidade de estar aposentado com um salário mínimo.

Tabela 17. Efeitos marginais do modelo Próbite para idosos aposentados com 60 anos de idade ou mais, se homens, e 55 anos de idade ou mais, se mulheres, com residência na zona rural – Brasil – anos selecionados

Ano	Variável	Renda de Aposentadoria	
		= 1 sal. mín. (1)	> 1 sal. mín. (2)
1992	Escolaridade	- 0,0060 (0,0045)***	- 0,0238 (0,0057)*
	Cor (branca)	0,0916 (0,0156)*	- 0,0698 (0,0158)*
	Sexo (masc.)	0,2684 (0,0154)*	0,2701 (0,0155)*
1996	Escolaridade	- 0,0178 (0,0035)*	0,0196 (0,0027)*
	Cor (branca)	0,0456 (0,0135)*	0,0291 (0,0154) **
	Sexo (masc.)	0,1318 (0,0128)*	0,1671 (0,0178)*
1999	Escolaridade	- 0,0234 (0,0031) *	0,0228 (0,0022)*
	Cor (branca)	0,0375 (0,0123) *	0,0599 (0,0132)*
	Sexo (masc.)	0,1354 (0,0116)*	0,1575 (0,0164)*

Fonte: elaborado a partir de IBGE (1992, 1996 e 1999)

Nota: os desvios-padrão encontram-se entre parênteses

* Denota significância ao nível de 1%

** Denota significância ao nível de 10%

*** Não significativo

Os resultados das tabelas 16 e 17 complementam as análises feitas no início do capítulo, em que foi traçado o perfil dos aposentados residentes no meio rural, baseando-se na análise tabular da escolaridade e na cor (ou raça) dos mesmos.

8 CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho foi avaliar a eficácia e a equidade do sistema de aposentadorias pagas no meio rural. Entende-se por eficácia o cumprimento por parte do poder público dos benefícios estabelecidos no sistema previdenciário e o seu impacto na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida da população beneficiada. Como equidade destaca-se a ausência de favorecimento no acesso aos benefícios por questões de sexo, cor (ou raça) e nível de educação.

A Constituição Federal de 1988 instituiu o princípio da universalização e, com ele, ocorreram mudanças significativas na legislação previdenciária dos trabalhadores rurais. Pode-se citar como principais mudanças a criação de um piso mínimo para os benefícios, garantindo o recebimento de pelo menos um salário mínimo; a fixação de idades diferenciadas para o requerimento da aposentadoria por idade (55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens); e a igualdade de direitos entre trabalhadores e trabalhadoras rurais, deixando de excluir as mulheres casadas ou com vida marital ao acesso dos benefícios previdenciários. O trabalho destacou os aposentados com rendimento de aposentadoria igual a um salário mínimo – *proxy* dos aposentados por idade – porque verificou-se que, na década de 1990, eles passaram a ser maioria dos aposentados no campo. Eles são comparados com os aposentados que receberam mais de um salário mínimo de rendimento de aposentadoria e os idosos não aposentados que viviam na zona rural.

Conclui-se que a previdência social foi uma política pública extremamente eficiente no combate à pobreza no campo. Através dela, famílias que possuíam pelo menos um aposentado deixaram de ter renda familiar abaixo de um salário mínimo. Este resultado comprova a eficácia da lei. Considerando a análise da renda familiar *per*

capita, poucas foram as famílias com aposentados que chegaram a 1999 com menos de um salário mínimo. Com o resultado dos cálculos do índice de Gini para esta mesma renda familiar *per capita*, observou-se que, para todos os grupos de aposentados com residência na zona rural e ambos os sexos, houve menor desigualdade de distribuição de renda entre os aposentados do que entre os não aposentados. De modo geral, os homens e mulheres aposentados com rendimento de aposentadoria maior que um salário mínimo tiveram renda familiar superior aos dos não aposentados. Ao final da década de 1990 não se encontravam diferenças expressivas entre os homens e mulheres no recebimento de aposentadorias, mas esta diferença foi constatada no início da década.

As aposentadorias pagas no meio rural geraram melhorias nas condições de moradia dos idosos, principalmente entre aqueles com rendimento de aposentadoria maior que um salário mínimo. De um modo geral, ao longo da década de 1990 houve aumento na percentagem de homens e mulheres cujas residências eram cobertas com telhas, tinham paredes de alvenaria e nas quais havia uso de bens-de-consumo duráveis. Estas são algumas variáveis que indicaram melhoria nas condições de vida. De modo geral, as residências com aposentados apresentaram melhor estrutura, serviços básicos e bens-de-consumo duráveis do que as residências dos idosos não aposentados. Isto é um indicativo de que as aposentadorias são também usadas para financiar gastos além do que apenas alimentação e vestuário.

Através da análise tabular dos dados das PNADs, observou-se que os homens brancos foram favorecidos durante a década de 1990 na obtenção dos benefícios previdenciários em relação aos pardos, em especial nas aposentadorias superiores a um salário mínimo. Por outro lado, o nível de escolaridade foi um fator determinante na concessão do benefício. Entre os aposentados, observou-se redução na participação daqueles sem instrução ou com menos de um ano de estudo, e aumento no nível de escolaridade seguinte, correspondente à primeira metade do ensino fundamental. Ao se fazer a análise dos níveis de escolaridade dos brancos e pardos, os dois grupos mais representativos na classificação por cor (ou raça), observou-se que, quanto mais alto foi o grau de instrução, maior foi a participação dos brancos. Este resultado sugere que o sistema de previdência social não teve caráter de favorecimento *per se*, mas a

difficuldade de outros grupos de cor (ou raça) terem acesso à educação, como o de pretos e o de pardos, por exemplo, implicou em dificuldade no requerimento de seus direitos, como foi o caso da previdência social na década de 1990.

As análises do favorecimento da concessão das aposentadorias por sexo, cor (ou raça) e escolaridade foram consolidadas através da estimativa do modelo Probit. Dividindo os aposentados em duas categorias (os que recebiam um salário mínimo de rendimento de aposentadoria e os que recebiam mais de um salário mínimo de aposentadoria), constatou-se que os homens apresentaram maior probabilidade de estarem aposentados, se comparados com as mulheres. Os brancos, independentes do sexo e nível de escolaridade, apresentaram maior probabilidade de estarem aposentados. E, quanto maior é o nível de escolaridade, menor é a probabilidade do idoso (ou idosa) se aposentar com rendimento de um salário mínimo.

A conclusão geral do trabalho é que a previdência social foi eficaz no pagamento dos benefícios durante a década de 1990, reduziu a pobreza e gerou menor desigualdade na distribuição da renda entre os beneficiados do que entre os não beneficiados. No entanto, a previdência social não foi equitativa, pois acabou favorecendo mais as pessoas com maior nível de escolaridade e os brancos.

Como sugestão para melhorar a equidade da previdência social no campo, especialmente no caso dos trabalhadores rurais, têm-se a simplificação dos seus procedimentos burocráticos de modo a ampliar o acesso de idosos aos benefícios previdenciários, a criação de serviços públicos de ajuda ao potencial beneficiário e, no longo prazo, investir na alfabetização de adultos. Como, a partir de 2006, a comprovação do exercício da atividade vai passar a ser obrigatória para o requerimento da aposentadoria por idade, é importante que se intensifique a fiscalização nos postos de trabalho. Assim, diminuirá a informalidade no campo e, ao mesmo tempo, auxiliará o trabalhador rural quando o mesmo se encontrar em condições para requerer a aposentadoria por idade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S. Questão social, uma previdência e cidadania no Brasil. In: GOMES, A.C. (Org.). **Trabalho e previdência: 60 anos em debate**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992. p.78-91.
- BACHA, E.; KLEIN, S.K. (Org.). **A transição incompleta: Brasil desde 1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 2v. (Coleção Estudos Brasileiros, 93-94)
- BARROS, R.P.; MENDONÇA, R.S.P. A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas: 1960/90. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.26, n.1, p.51-65, jan. 1995.
- BARROS, R.P.; MENDONÇA, R.S.P.; DUARTE, R.P.N. **Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais**. Brasília: IPEA, 1997. 59p. (Texto para Discussão, 454)
- BELTRÃO, K.; OLIVEIRA, F.E.B.; PINHEIRO, S.S. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. Brasília: IPEA, 2000. 26p. (Texto para Discussão, 759)
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Saraiva, 1988. 331p.
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Suplemento histórico**. http://www.mpas.gov.br/12_01_20.asp (21 ago. 2003)
- CANADA. Department of Social Development. **Human resources development Canada**. <http://www.hrdc-drhc.gc.ca/isp/>. (10 Nov. 2003)
- CORRÊA, A.M.C.J. Distribuição de rendimentos e pobreza na agricultura brasileira 1981-1990. Piracicaba, 1995. 353p. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.

- DELGADO, G.C. **Previdência rural**: relatório de avaliação socioeconômica. Brasília: IPEA, 1997. 81p. (Texto para Discussão, 477)
- DELGADO, G.C. **Relatório metodológico da pesquisa avaliação socioeconômica e regional da previdência social rural fase II**. Brasília: IPEA, 1999. 132p.
- DELGADO, G.C.; SCHWARZER, H. Evolução histórico-legal e formas de financiamento da previdência rural no Brasil. In: DELGADO, G.C. (Org.). **A universalização de direitos sociais no Brasil**: a previdência rural nos anos 90. Brasília: IPEA, 2000. p.23-41.
- DELGADO, G.; CARDOSO JUNIOR, J.C. **O idoso e a previdência social rural no Brasil**: a experiência recente da universalização. Brasília: IPEA, 2000. 28p. (Texto para Discussão, 688)
- DELGADO, G.; CASTRO, J.A. **Financiamento da previdência rural**: situação atual e mudanças. <http://www.ipea.gov.br/Publicacoes/> (04 set. 2003)
- DEUD, C.A.F.; MALVAR, R.H.V.P. **A mulher e a previdência social**. Brasília: CEPAL/MPS, 1993. 247p.
- FARO, C. A questão da previdência e da assistência social: breve histórico da evolução do sistema previdenciário. In: GOMES, A.C. (Org.). **Trabalho e previdência**: 60 anos em debate. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992. p.69-73.
- FAUSTO NETO, A.M.Q. **Família operária e a reprodução da força de trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1982. 187p.
- FERREIRA, C.R. Participação das aposentadorias e pensões na desigualdade da distribuição da renda no Brasil no período de 1981 a 2001. Piracicaba, 2003. 135p. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.
- GOLDANI, A.M. Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. In: CAMARANO, A. (Org.). **Muito além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Brasília: IPEA, 1999. p.157-172.
- GREENE, W.H. **Econometric analysis**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1997. 1075p.

- HOFFMANN, R. **Desigualdade no Brasil**: a contribuição das aposentadorias. <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html> (21 dez. 2002)
- HOFFMANN, R. **Distribuição de renda**: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Edusp, 1998. 275p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios** (compact disc). Rio de Janeiro, 1992, 1996 e 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sidra**. <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/> (05 mar. 2001)
- INTERNATIONAL SOCIAL SECURITY ASSOCIATION (ISSA). **Social security programs throughout the world**. <http://www.ssa.gov/policy/docs/progdesc/> (20 Feb. 2004)
- JAMES, E. New models for old-age security: experiments, evidence, and unanswered questions. **The World Bank Research Observer**, v.13, n.2, p.230-241, Aug. 1998.
- MACCALÓZ, S.M.P.; MELO, H.P. **A reforma da previdência e a condição feminina**. São Paulo: AJUFE, 1997. 112p.
- MALLOY, J.M. **Política de previdência social no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. 199p.
- MATIJASCIC, M. **Crise e reformas do complexo previdenciário no Brasil**. http://www.unicamp.br/unicamp/servicos/servicos_arqbibl.html (10 set. 2003)
- MÉDICI, A.C.; BELTRÃO, K.I.; OLIVEIRA, F.E.B. **Mulher e previdência social**. Rio de Janeiro: IBGE/ENCE, 1994. 63p. (Série Relatórios Técnicos)
- MELO, H.P. **O trabalho feminino no mundo rural**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000. 84p. (Texto para Discussão, 140/00)
- NAJBERG, S.; IKEDA, M. **Previdência no Brasil**: desafios e limites. <http://www.bndes.gov.br> (10 mar. 2003)
- NOGUEIRA, E.A.; BAPTISTELLA, C.S.L.; FRANCA, T.J.F.; VICENTE, M.C.M. Vida melhor ao trabalhador rural, será ? **Informações Econômicas**, v.22, n.3, p.78-85, nov.1992.

- SCHWARZER, H. **Paradigmas de previdência social rural**: um panorama da experiência internacional. Brasília: IPEA, 2000. 49p. (Texto para Discussão, 767)
- SILVA, E.R.A. Efeitos da previdência social rural sobre a questão de gênero. In: DELGADO, G.C. (Org.). **A universalização de direitos sociais no Brasil**: a previdência rural nos anos 90. Brasília: IPEA, 2000. p.43-66.